

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAROLINE BELLAGUARDA DE AZEVEDO

Brasil: dos conflitos entre a classe dominante e a resistência à
dominação capitalista à luz de Caio Prado Júnior

Florianópolis
2017

CAROLINE BELLAGUARDA DE AZEVEDO

Brasil: dos conflitos entre a classe dominante e a resistência à
dominação capitalista à luz de Caio Prado Júnior

Trabalho de conclusão de curso
submetido ao Departamento de
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel..

Orientador: Prof. Dr. Jacques Mick

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Azevedo, Caroline Bellaguarda

Brasil : dos conflitos entre a classe dominante
e a resistência à dominação capitalista à luz de Caio
Prado Júnior / Caroline Bellaguarda Azevedo ;
orientador, Jacques Mick, 2017.

77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Caio Prado Júnior. 3.
Partido Comunista Brasileiro. 4. Sentido da
colonização. I. Mick, Jacques. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências
Sociais. III. Título.

CAROLINE BELLAGUARDA DE AZEVEDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais

Florianópolis, 09 de agosto de 2017.

Prof. Dr. Thiago Bahia Losso
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jacques Mick
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. José Carlos Mendonça
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. Ricardo Gaspar Müller
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Investigação realizada para a qualificação de bacharel em ciências sociais, orientada por análise bibliográfica da teoria social brasileira e da práxis do cientista social, o trato, em particular, é na obra de Caio Prado Júnior (1907/1990). Assim investigo na obra de Caio Prado à formação da classe trabalhadora e a “Evolução Política do Brasil” (1933) a constituição de um proletariado como sujeito revolucionário emergente no Brasil em “A Revolução Brasileira” (1977). Tenho como hipótese, a possibilidade de apreender nas condições objetivas e subjetivas da formação social brasileira, as potencialidades transformadoras e emancipatórias, como o devir de um novo ser social; e na prática do cientista social, a responsabilidade por interpretar e contribuir para os rumos da sociedade brasileira. Neste horizonte de interpretação, venho a apreender os processos de consciência de classe e emancipação, questões como o vir a ser brasileira; as relações de trabalho constituídas no país desde a colonização e as formas de consciência de classe em si e para si, oriundas deste processo de constituição de uma sociedade civil em território nacional chamada Brasil, a luta antiimperialista/anticapitalista no movimento histórico brasileiro e na práxis do cientista social.

Palavras-chaves: Caio Prado Júnior, Partido Comunista Brasileiro; Sentido da Colonização

ABSTRACT

Research lead in order to qualify graduation in Social Sciences, drove by Brazilian social theory bibliographic research and Social Scientist praxis. It aims in particular Caio Prado Junior (1907-1990) work. As well as the Brazilian working class formation in Prado work, so it goes “Evolução Política do Brasil” (1933) investigated for the revolutionary subject emerging in Brazil in “A Revolução Brasileira” (1977). I have the hypothesis to apprehend, both objective as subjective Brazilian social formation ways, the emancipatory and changing power kept within the upcoming social being, the responsibility to intercept and contribute to the Brazilian society steps. In this horizon of interpretation, I came to apprehend the process of emancipation and class consciousness, question like born to be Brazilian; the working relations implied since colonization and the forms of class consciousness in and for itself, came by the constitutional process of a civil society in a national ground called Brazil and the antimperialist/anticapitalist fight in the Brazilian historical movement and in the social scientist praxis.

Key words: Caio Prado Junior, Brazilian Communist Party and Colonization Reasons

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 VIDA E OBRA	19
CAPÍTULO 2 FEUDALISMO OU CAPITALISMO: DEBATES EMERGENTES NO NASCENTE MOVIMENTO COMUNISTA 31	
CAPÍTULO 3 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO.....	44
3.1 QUAL O SENTIDO.....	45
3.2 DA CHEGADA.....	47
3.3 A TERRA.....	50
3.4 DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E POVOAMENTO ...	52
3.5 A FORMAÇÃO DO ESTADO E O CARÁTER DAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS DURANTE O IMPÉRIO.....	53
3.6 CONSCIÊNCIA SOCIAL, DE QUAL CLASSE?.....	58
3.7 UM SALTO EM BUSCA DE APROXIMAÇÕES COM A ATUALIDADE.....	61
CAPÍTULO 4 ATUALIDADE DE CAIO PRADO JÚNIOR E A RECONSTRUÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO PCB.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA O BRASIL HOJE, EVOLUÇÃO OU REVOLUÇÃO?.....	69
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

INTRODUÇÃO

Dentre os intérpretes do Brasil, percebem-se diversas correntes teóricas acerca do país, sua gênese e seu desenvolvimento societário. Cada interpretação, um sentido para a colonização e os rumos do Brasil; cada qual, em seu tempo, expressa uma escola teórica e política de tradições ainda presentes na sociologia, na ciência política e na e antropologia do país. Desde os renegados até os operadores da ordem influíram e ainda influem nos projetos de sociedade. Em disputa pelo poder e pela percepção do vir a ser brasileiro, estes projetos se diferenciam conforme os interesses de classe que expressam, pelo método investigativo, possíveis rumos para a sociedade brasileira. Todos observam o modo como a dominação se produziu e autoconduziu a ordem e o progresso, carregada de rupturas e continuidades das formas arcaicas e modernas de poder e democracia desde a origem do Brasil colônia até a República. Entretanto, o caminho que os leva à elucidação das aparências sobre o “novo mundo” e os resultados propositivos evidentes ou subentendidos são as expressões das particularidades e singularidades de cada um e de cada análise.

Entre 1930 e 1980, Caio Prado Júnior produziu ao menos 17 obras sobre a realidade brasileira, o socialismo e a revolução brasileira. Caio Prado Júnior, dentre os aceitos pela academia, vai além da crítica ao Estado Capitalista e apresenta uma proposta de projeto societário fundamentado em valores diferentes dos da ordem dominante. É neste sentido particular de transformação e de papel responsável do cientista social na interpretação da realidade que venho aguçar meus sentidos e me debruçar em uma obra-chave deste autor para entender o Brasil contemporâneo e a possibilidade de transformação. Busco apreender, em “A evolução política do Brasil”, quais as relações de trabalho e educação a que foram submetidas as pessoas trazidas para o “novo mundo” desde a colonização portuguesa e, nisso, como se formou a classe trabalhadora e quais seus possíveis rumos históricos. Daí a importância da apreensão sobre a constituição do Estado brasileiro, tendo em vista que as comunidades são imaginadas na medida em que fomos uma sociedade planejada pela dominação lusa e que o Estado é determinante na formação do sujeito a ser brasileiro.

Conforme Marx, toda a história da humanidade é a história da luta de classes, ou seja, a disputa pelas relações de poder e propriedade da divisão social e sexual do trabalho e, portanto, a criação de formas de consciência que mantenham e reproduzam as relações sociais e o

trabalho desiguais, porém, apresentadas no imaginário social como iguais diante da lei. O ser social é provido de sentidos, percepções e capacidades múltiplas de se desenvolver, produzir, reproduzir a sua existência individual e coletiva, relações que correspondem ao tempo e espaço nos quais os sujeitos estejam circunscritos. Engels, em sua carta a Josef Bloch, nos mostra que somos nós quem fazemos nossa história, porém, as condições para tal façanha já são determinadas pelas relações de divisão social e sexual de trabalho. Portanto, nossa substancialidade enquanto sujeitos às determinações sociais e históricas, não depende apenas da intencionalidade na ação do indivíduo que visa à autopreservação e ao progresso. Em particular, meu olhar ficará mais atento aos movimentos do modo de produção capitalista, que vem se mantendo como forma social dominante por todo o globo terrestre. Para compreender estas relações, não basta ver o evidente abismo entre pobres e ricos, como se fossem eles individualmente únicos responsáveis pelo destino da miséria ou do luxo; é preciso apreender como se tornam pobres e/ou ricos, e mais, como se tornam indivíduos tão distintos e iguais ao mesmo tempo. Kosik, no que diz respeito a método científico, já aponta que a aparência não expressa de imediato aquilo que a move, mas o próprio movimento indica o que esconde: “O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos” (KOSIK, 1976, p.15). A aparência não apresenta imediatamente a essência das relações: desvendá-la, a aparência, faz-se fundamental para chegar na essência das relações sociais e de trabalho no capitalismo. Portanto, aprofundar e perceber o que move as relações é romper com ideologias, ou seja, formas de consciência que tendem a não mostrar as dinâmicas que as movem.

A sociedade capitalista, fundada na propriedade privada e na exploração da força de trabalho produtora de mais valia¹, cria seres sociais estranhados de si mesmos, na medida em que cinde o trabalho entre os que refletem/planejamos e os que fazem, cria formas de consciências condizentes com os interesses de dominação e manutenção

¹ Marx, em “O Capital: para a crítica da economia política”, concorda que só o trabalho produz riqueza em geral, porém mostra que a riqueza do burguês se dá via mais valia: a exploração do tempo de trabalho excedente, ou seja, a expropriação do tempo de trabalho humano correspondente ao excedente das horas de trabalho necessárias para a reprodução individual do próprio trabalhador e também pela intensificação da produção e a falta de condições e direitos trabalhistas.

de poder, educa as crianças e a juventude com toda destreza para manter a forma de propriedade e de divisão do trabalho via a exploração e depreciação da condição humana. Assim, somos a síntese de múltiplas determinações sociais e biológicas, que nos compõem substancialmente como unidade histórica. A produção do ser social, a percepção do contraditório, do eu em conflito com as condições sociais que são obrigatoriamente anteriores ao sujeito, são o resultado das condições da natureza, do trabalho, de tempo e espaço/território.

Há, portanto, uma relação entre natureza, sujeito e sociedade, entre a constituição singular e particular do corpo e da subjetividade em uma relação anterior que é geral, correspondente à totalidade das relações sociais determinadas historicamente e que são passíveis de modificações. Ou seja, o indivíduo não necessita ter noção completa do espaço onde existe e mesmo assim incorpora e portanto reproduz em suas práticas e crenças um mundo já coerentemente organizado e estruturado. Assim, o indivíduo pode reproduzir determinadas formas de consciência sem nem perceber o que o faz ser.

As reflexões tecidas nesta pesquisa se pautam por categorias de análises com as quais Caio Prado nos mostra o caminho do movimento em que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” (MARX e ENGELS, 1983, p. 182). Caio Prado “considera antes as *relações*, o “conjunto” e a “unidade” universal donde decorrem tais relações; e é nessas *relações*, seja no espaço, sejam no tempo (quando mais propriamente se denominam “processos”)” (PRADO CP, 1969, p. 13).

A história da humanidade lida em processo que pode vir a resultar na sua própria extinção. Como categoria histórica geral, carrega em si as formas de sociabilizar - como a divisão do trabalho e a criação de formas de consciência que mantenham e reproduzam as relações sociais e o trabalho. No caso da história da humanidade, esta se deu em geral fundada em conflitos e hierarquias que, garantidas por algum tipo de propriedade privada, mantêm a divisão entre os homens. Em particular, meu olhar ficará mais atento aos movimentos registrados pelo capitalismo como forma social dominante e que, sem fronteiras para si, espalha-se secular e mundialmente, ultrapassa fronteiras e culturas. Neste contexto, sigo a apreensão da singular forma da dominação capitalista que resultou na formação do Brasil. Ainda que minhas intenções gerais sejam a interpretação sobre a formação subjetiva no capitalismo e a sua própria superação, não posso perder de vista as relações de trabalho, tempo e território, naturais e sociais, às quais as

pessoas são submetidas. Por meio de investigação da teoria social brasileira, buscarei captar nas obras do Caio Prado Júnior, pensador e crítico social, as relações em que a consciência do brasileiro se constrói e quais as relações de trabalho e sociabilização a que estes indivíduos foram submetidos. Meu estudo orienta-se, em busca de reflexões sobre a nossa origem e formação societária desde a constituição do Estado-nacional que foi chamado de Brasil, portando, sobre a formação político-econômica brasileira, dos conflitos entre os dominadores e a resistência organizada por parte da classe trabalhadora.

Sem prejuízo das demais obras, este trabalho será dedicado a “A evolução política do Brasil” (1933), obra em que o autor apresenta uma síntese da história política do período regencial, desnuda as relações e conflitos entre os proprietários de terras e comerciantes estabelecidos em território brasileiro e a Coroa, seus conflitos diante das questões políticas e econômicas entre Brasil e a Europa. Nesta obra, o autor reflete sobre a constituição histórica e a formação do Estado não como a realização do Espírito na terra, mas sim como uma relação determinada de uma maneira societária que existe com o fim de oprimir, regular as relações entre os “cidadãos” e manter a propriedade privada sob formas muito criativas da relação entre o público e o privado no contexto institucional brasileiro. Evidenciando as diferenças de interesses entre a burguesia monárquica e a burguesia nacional (assim chamadas por Caio Prado) e suas unidades quanto as formas de dominação ideológica que exerciam tanto para manter o povo sob a cruz e dócil, quanto para manusear o povo para seus interesses de manutenção do poder político e econômico, o autor discute, em contrapartida, três das revoltas que se levantaram contra a dominação portuguesa e a contra a escravidão: a Balaiada, a Sabinada e a Cabanagem, refletindo sobre seus sentidos de vitória e sobre como foram derrotadas.

Nesta digressão, tenho como importante para entendermos as origens de nossa política, de nossa formação como sujeitos brasileiros, compreender os melindres de nossa cultura e da hegemonia capitalista e, nestes conflitos internos, a nossa formação social, as contradições dos interesses nacionais e o imperialismo. Para entender hoje o nosso Estado, é necessário compreender desde sua origem em busca de identificar desde o útero e seu sêmen as condições que o fizeram, da colônia à independência e à tão antiga e atual autocracia burguesa - e deste diagnóstico, como na sociologia clínica, podermos traçar caminhos de resoluções objetivas.

A formação social brasileira, a relação de trabalho e educação predominante e as diversas formas como se manifestam no processo histórico brasileiro, são amplamente abordadas por diversas escolas teóricas e que historicamente influenciam os rumos da política nacional. A formação do Estado patrimonialista, o patriarcado, a autocracia, o feudalismo são manifestações na formação do Brasil, e as diferenças de interpretação do que geram tais relações é que são chamativas aos olhos do observador, quando se trata da elaboração propositiva dos fundamentos teóricos para a atuação do cientista social. Assim, busco os ladrilhos para um caminho límpido, tendo em vista que nós, nesta área, também somos responsáveis pela educação dos jovens, pelas delimitações de territórios étnicos até a possível intervenção nos rumos das lutas de classes por meio da ação política. Não podemos nós, simplesmente, ladrilhar e deixar o caminho pavimentado somente para os “iluminados” acadêmicos homens. Cabe a nós, enquanto produtores de conhecimento, a responsabilidade de apresentar com clareza a pluralidade do pensamento social brasileiro e os múltiplos projetos que coexistem, antagônicos ou passíveis de unidades históricas, e que constituem o registro crítico de nossa história e elementos para a nossa atualidade política a estimularmos reflexão crítica e autônoma para a juventude trabalhadora decidir com lucidez o caminho a seguir. Assim trilho este meu estudo.

A investigação que fundamenta meu trabalho é a materialização de um processo pessoal de tímidas superações e transformações de consciência advindas de questionamentos sobre a existência humana, as suas praticas sociais e transformações. Um processo individual, mas que só o é por ser a expressão singular de parte do conhecimento historicamente produzido e acumulado pelo trabalho humano e sistematizado nas instituições de ensino. Minhas definições de tema e objetivos partem de motivações coletivas de um espírito curioso que busca pelo desvelamento das relações de trabalho entre as pessoas e a possibilidade de superação das formas de produção e reprodução da vida humana e a reflexão ativa sobre a criação de outros meios de manter a vida em sociedade.

Como resultado da investigação, apresento quatro capítulos que correspondem a: Capítulo 1: uma síntese da vida e obra do autor em questão a contextualizá-lo historicamente, sua trajetória de trabalho e militância; Capítulo II: uma breve revisão bibliográfica e análise do sentido geral da colonização nos documentos do PCB, contextualizando o ambiente histórico e político que motivou a produção da obra em questão; Capítulo III: Apresento “A evolução política do Brasil” e sua

relevância para o pensamento social desde a sua primeira edição até os tempos atuais; Capítulo IV: diante o estudo das resoluções do XIV congresso do partido comunista brasileiro, mostro a volta autocrítica e interpretativa ao sentido da colonização deixado por Caio Prado Júnior.

CAPÍTULO 1 VIDA E OBRA

*Que o caminho curto é melhor que o longo, ninguém nega
Mas quando alguém o conhece
E não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve sua sabedoria? Seja sábio
conosco!
Não se afaste de nós!
Bertold Brecht²*

Início esta interpretação pela trajetória de vida, trabalho e militância de Caio Prado Júnior, para, dessa singularidade, apresentar o complexo contraditório que o compõe enquanto sujeito coletivo. A fim de alcançá-la, faço breve reflexão preliminar sobre nossa constituição como ser social à luz do materialismo histórico-dialético.

Ao buscar a reflexão e interpretação da nossa própria existência humana, em específico na sociedade capitalista, deparo-me com um desafio: o de ver para além do mero reflexo da segunda alma no espelho⁶, o de apreender o que nos produz e reproduz enquanto sujeitos sociais, nas nossas relações cotidianas e, sobretudo, às possibilidades da ciência à transformação ou à conservação social. É certo que somos resultado do mundo que nos cerca: somos a síntese do complexo de múltiplas determinações, biológicas e sociais, das quais somos produtos e produtoras.

A sociedade regida pela ordem do capital, conforme Marx (1980) o capitalismo apresenta seus interesses particulares como os interesses gerais de toda a sociedade, na medida em que necessita manter-se dominante diante das relações antagônicas na divisão social do trabalho. É visto que, ainda na atualidade do século XXI, as relações de trabalho⁷ se fundam na propriedade privada dos meios de produzir e reproduzir a vida, resultando na divisão intelectual e manual do trabalho entre os que possuem as propriedades e os que somente têm a força de trabalho como meio de (re)produzir a vida, estranhando-se do resultado de seu próprio trabalho, pois

o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a outro homem distinto do trabalhador. Se sua atividade constitui para ele um martírio, tem de ser fonte de deleite e de prazer para outro. Só o homem, e não os deuses ou a natureza, é que pode

² BRECHT, 1991.

ser este poder estranho sobre os homens. (MARX, 2004, p. 199)

Nos deparamos já desde o ventre em uma sociedade ordenada conforme o pensamento da classe dominante na medida em que

Os pensadores da classe dominante são também os pensadores dominantes de cada época; por outras palavras, a classe que é a potencia *material* dominante da sociedade é também a potencia *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, também, dos meios de produção intelectual, de sorte que os pensamentos daqueles para os quais são recusados os meios de produção intelectual são submetidos a essa classe dominante. (MARX, 2004, pp. 154-5).

Neste sentido, todos os valores morais estão voltados à manutenção do antagonismo entre as classes sociais. Assim, ocorre o domínio do pensamento positivo, individualista e patriarcal, cujo princípio é o de uma existência exclusiva e linearmente racional, avessa ao que é coletivo, como que se existisse independente do conjunto das relações de trabalho e das demais relações sociais. Desde o berço, nos é tolhida a capacidade de percebermo-nos além do próprio umbigo e “transformar a vida *genérica* em meio da vida *individual*.” (MARX, 2004, p.116). Nesta provocada polarização entre o indivíduo e a sociedade, forma-se no sujeito uma consciência metafísica e alienada, ou seja, uma percepção estranhada, na qual o sujeito que ainda não tem noção completa do espaço objetivo e subjetivo onde existe pensa ser dele o centro único e exclusivo:

Essa concepção pode, por sua vez, ser tomada no sentido especulativo e idealista, isto é, fantasia, como “a geração do gênero por si mesmo” (“a sociedade na qualidade de sujeito”), a série sucessiva dos indivíduos em relação *uns com os outros*, ser representada, assim, como um indivíduo único que realiza o mistério de gerar a si mesmo. Vê-se. Aqui, que os indivíduos se criam, mesmo, *uns aos outros*, do ponto de vista físico e

espiritual, porém não se criam a si próprios, nem no sentido do absurdo de S. Bruno nem no sentido do “único”, do homem “feito ele próprio”. (MARX, 2004, p. 146).

Assim acaba-se por incorporar e reproduzir, em suas práticas e crenças, um mundo já coerentemente organizado e estruturado anterior a ele, em que o sujeito passa a (re)produzir determinadas formas de consciência sem nem perceber as forças que o fazem ser. Portanto, é uma sociedade que cinde dualmente as relações de trabalho entre classes sociais antagônicas, sendo a propriedade privada resultado e mediação. Como afirma Marx, a propriedade privada não só media as relações de trabalho, mas, também, apresenta-se como resultado dela. Apreende-se assim as condições objetivas que constituem estas subjetividades, mesmo como a negação da autoconsciência. Apresentam-se, portanto, no processo histórico de sociabilidade, na forma de consciência invertida como uma objetividade, pois, ao corresponder, em todos os âmbitos da vida pessoal e coletiva, por meio da ideologia burguesa, com a manutenção da divisão social e sexual do trabalho.

Questões como linguagem, comportamento, estética, valores morais e sexuais são constituintes da consciência, conforme as relações de trabalho e morais de determinado tempo histórico, e que, em geral, são relações de dominação:

Essa consciência como linguagem, mediação entre os seres humanos, não se distingue da representação de objetos e da atividade, forma com ela uma unidade... A consciência só pode ser vista como separada do ser que a contém na medida em que avança a divisão social do trabalho alcançando uma divisão entre o trabalho manual e o intelectual (IASI, 2002, p.43).

Para esse fim, na lógica do capital, necessita-se de um proletariado castrado em seu potencial criativo e coletivo, estranhado de si enquanto Ser Humano, animalizado ao retirar da atividade laboral a lucidez e criatividade no processo fragmentário de produção das mercadorias. Participam desse processo instituições como a família, a religião, a escola e, sobre todas as outras, o Estado (que, por meio das

leis e de todo o aparato educativo, coercitivo e repressor, exerce o domínio político-ideológico da sociedade)

Na particularidade brasileira, organizada sob a orientação capitalista, a constituição educacional preconiza a formação da classe dominante e dirigente desde a colonização. Somente em 1937 determinou-se a educação obrigatória para todos e como tarefa do Estado, mas, ainda assim, *enquanto forma de consciência burguesa para o proletariado*. A perspectiva dominante voltava-se à formação de indivíduos à imagem e semelhança das necessidades do capital em movimento, tendo no escolanovismo e nas teorias educacionais estadunidenses a base da formação do indivíduo liberal, alienado e estranho à realidade de seu ser social no capitalismo.

É claro que este estranhamento é múltiplo e diverso, perpassando todas as classes sociais, em diferentes formas: desde um jovem filho da burguesia em “*condição de alienação*” até o jovem trabalhador do chão de fábrica em “*atividade de alienação*”, ambos formam e são formados em uma individualidade niilizada e consumida uma pela sede de manutenção dos privilégios e a outra estranhada e alienada também individualizada, porém, explorada, e assim mantendo a produção da riqueza que lhe é extorquida e expressando na formação de seu “eu” os valores de classe daqueles que lhes dominam e exploram. Ainda dentre esta aparente dualidade, existem consciências transitórias que são a expressão de tentativa de salto qualitativo/positivo para algum tipo de transformação ou reforma do indivíduo a mantê-lo indivíduo dividido ou a condição real de sujeito coletivo integral.

Assim conforme mostra Ianni ao refletir sobre o processo de consciência de classe:

Para reconhecer-se como operário, é indispensável que o operário reconheça o capitalista como tal e vice-e-versa. Esse reconhecimento é, ao mesmo tempo, uma condição fundamental da existência e negação recíprocos. Para afirmar-se como capitalista, o capitalista precisa não só apropriar-se do produto do trabalho excedente (não pago) mas também reconhecer o produtor de valor excedente, a mais-valia, que aparece na sua consciência como lucro. Reciprocamente, para afirmar-se como tal, o operário precisa não só

afirmar-se como produtor de mercadoria ou vendedor da força de trabalho, mas também reconhecer o proprietário dos meios de produção que se apropria do trabalho não pago. Essas são as relações básicas de dependência, alienação e antagonismo, que fundam a existência e a consciência do operário e do capitalista. (IANNI, 1980, p. 22)

E, visto que, a formação da consciência não se dá de maneira harmônica, e sim via conflitos e contradições, o processo positivo de salto de consciência não é, nem pode ser, uma mera obra de consciências iluminadas, pois “o apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o *apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões*” (MARX, 2004 p 46), sendo então fundamental sim a crítica, porém, como aponta o mesmo autor, “a solução real, prática, dessa fraseologia, a eliminação dessas representações da consciência dos homens são, como já dissemos, efetuadas por circunstâncias modificadas e não por deduções teóricas” (MARX, 2004, p.149). Não se pode cair aqui em visões simplistas que apontam a possibilidade de avanço e transformação das consciências somente após o processo revolucionário, justificando a não necessidade de educação de um “novo homem”, do sujeito revolucionário e, assim, em muitos modos reproduzindo a moral burguesa em suas práticas cotidianas e políticas. Ao contrário, afirmo, em acordo com Iasi, que em certas circunstâncias, os indivíduos questionam a consciência que lhes é atribuída.

Desenvolvem formas de consciência que podem levá-los a uma consciência de classe. Assumem uma nova linguagem correspondente a mudanças em sua concepção de mundo. Passam a orientar sua atividade por outros valores e desenvolver uma ação que chamamos de “militância”, por analogia ao soldado que adere a uma ação coletiva organizada e integrada (IASI, 2002. p. 37)

É neste sentido, o da possibilidade de ser o novo dentro do velho, que se fortalece a importância da ação coletiva e da educação social, pois nestes espaços se forjam as condições para a transformação moral da classe trabalhadora que corresponda a suas condições concretas de percepção da exploração e opressão do modo de produção capitalista, e a sua possibilidade de superação.

Neste caminho, tendo em vista que cada singularidade (ou seja, o sujeito social) é a síntese das múltiplas determinações, apresento esta reflexão para assim introduzir a trajetória de vida, trabalho e militância de Caio Prado Júnior, um sujeito fruto de seu tempo, que encarnou as virtudes e os desafios de ser o novo dentro do velho, enfrentando com suas ideias e práticas o trabalho subsumido ao capital e sua ideologia de dominação.

Como Brás Cubas, começo essa história pelo fim e o início, da morte de Caio Prado e do nascimento de seu coerente legado da práxis revolucionária. É comum ouvirmos, em todos os âmbitos sociais, seja no senso comum e até no acadêmico, o imaginário de que ser comunista é coisa de jovem, que quando começar a trabalhar vai esquecer esta coisa de revolução, de socialismo, porque isso não dará certo, pois a sociedade sempre foi assim e sempre será, é da natureza humana o egoísmo e a ganância, que o homem é o lobo do próprio homem. Na contracorrente destes preceitos e da própria origem social, Caio morre em 1990, com 83 anos de idade, em uma morada simples e afetado por Alzheimer, doença que corroe parte de sua memória, porém, não sua coerência. Até o fim, manteve-se vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que não mais como militante orgânico. O próprio partido não deixou de considerá-lo, homenageando-o em 1986 na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Caio Prado era originário de família abastada que, vinda de Portugal, destacou-se na história política brasileira na defesa dos interesses da classe dominante. Segundo Pericás, a família impulsionou o desenvolvimento econômico paulista por meio da atividade cafeeira a partir de 1850 e, por consequência, as estradas de ferro, pelas quais escoava-se a produção do café, produto elementar para a produção brasileira da época.

Assim segue o nascimento deste distinto sujeito:

em São Paulo, em 11 de fevereiro de 1907, Caio da Silva Prado Júnior era o terceiro de quatro filhos de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado, ambos provenientes de famílias da elite paulistana. Em outras palavras, fazia parte de um ambiente intelectual sofisticado e estava cercado por elementos dos setores mais abastados e influentes do país. (PERICÁS L B, 2015, p. 18)

De sua educação, iniciada na fazenda dos seus avós maternos, Maria Cecília, que fora sua companheira, afirma: “Sua infância transcorreu aos cuidados de governantas alemãs, que lhe inculcaram força de vontade, disciplina e obediência, além da aprendizagem então muito valorizada da língua alemã.” (PERICÁS L B, 2015, p.46). Caio, teve o privilégio de viver em meio a um ambiente altamente intelectualizado, com exemplos diretos de intervenção política seja dos homens, como das mulheres da família.

Foi este meio que o levou a envolver-se desde jovem nos assuntos políticos do país. Filiouse ao Partido Democrático, não só pela influência familiar, pois o PD fora fundado também pelo seu tio-avô, mas, sobretudo, conforme mostra Pericás, o que o influenciou foi a participação de setores populares, sendo naquele período o PD a melhor alternativa diante das disputas pela direção do Estado em 1928. Caio foi um importante articulador deste partido no Estado de São Paulo, porém, não vendo nele a possibilidade coerente de um programa radical para o Brasil, que o modificasse de fato e não demagogicamente, afasta-se e transita temporariamente entre outras agremiações até encontrar no Partido Comunista Brasileiro o caminho para as soluções dos problemas sociais identificados.

Neste período, o PCB, por influência do Comintern, passava por um período chamado de obreirista (concepção segundo a qual somente é legitimamente comunista e quadro revolucionário aquele de origem proletária e que esteja vinculado aos trabalhos braçais nas fábricas ou no campo). Sendo de origem aristocrática e um intelectual, Caio Prado Jr. enfrentou o obreirismo. Neste processo pessoal de reflexão interna e tendo a possibilidade de conhecer de perto várias realidades movidas pelos interesses do capitalismo, não titubeou aos privilégios e buscou nas fileiras no Partido Comunista Brasileiro, que apresentara programa e diretrizes claras para o Brasil, a possibilidade de transformação.

Na biografia política sobre Caio Prado escrita por Pericás, evidencia-se que a decisão de entrar para o PCB lhe resultou em inimizades familiares e manifestações anticomunistas em frente a sua casa e que atingiram diretamente seus filhos - como o caso de Danda, que levou pedradas na rua por ser filha de comunista - e até uma cruz em chamas foi jogada em frente à casa da família. Não foram somente as dos seus agora inimigos de classe, mas também teve de enfrentar

resistências dentro do próprio PCB. Influenciados pelo obreirismo stalinista, muitos camaradas olhavam para Caio com desconfiança. “Afinal, nem sua origem de classe nem a própria postura política no PD eram credenciais que agradariam ao PCB, sobretudo no momento “obreirista” pelo qual passava” (PERICAS L B, 2016, p. 34). No entanto, como mostra Florestan Fernandes, em seu depoimento sobre Caio

Aquele que poderia ser o burguês-modelo salta à arena para mostrar que o antimericalismo, a democracia plena e a revolução nacional teriam de vir através da solidariedade dos trabalhadores e dos oprimidos, como ponto de partida da evolução para o socialismo. (FERNANDES.F, 1989, p.35.)

Militante ativo, atuou nas mais diversas frentes como um típico militante leninista, visto que Lênin aponta em “Que fazer? Problemas cadentes do movimento” a importância dos movimentos e das frentes de luta que não se restringem somente ao Partido, mas que estejam também dirigidas pelo projeto e programa revolucionário. Caio esteve à frente de movimentos internacionalistas de cooperativas, associações, do Clube de Artistas Modernos, em defesa da URSS, assim como se envolveu diretamente na produção de debates intelectuais por meio das revistas e editoras (Brasiliense e Urupês) sempre no sentido de proporcionar a elevação do nível cultural e intelectual do proletariado, além de promover o debate amplo, fraterno e sem sectarismos. Por muitas vezes preso pela repressão, conforme Maria Cecília, este comunista fazia do cárcere um retiro para aprofundar seus estudos e contribuir para a educação dos colegas presos. Não só: como bacharel em direito, foi ele mesmo que elaborou muitas de suas defesas. Ainda que militante disciplinado, enfrentou no seio do PCB dificuldades diante da linha política que o partido adotara naquele período. O eixo principal da discordância era a do sentido da colonização brasileira, debate que resultara diretamente nos desdobramentos táticos e estratégicos para a revolução brasileira. Neste período, o movimento comunista internacional passara por grande obreirismo, sectarismo (movido quase sempre na luta entre Stalin e Trotsky) assim como de uma leitura do marxismo manualesca feita por fórmulas prontas a ser aplicadas nos países, sem mediações com suas culturas próprias, o que se mostrou um desastre, conforme Caio já identificara. Aqui não fora diferente: visões

distorcidas ou até mesmo equivocadas quanto à formação da sociedade brasileira desde a colônia, equivocando-se desde a utilização do materialismo histórico como método, castrando sua dialética e aplicando interpretações mecanicistas sobre a realidade brasileira.

Caio não ocupou no partido cargos de direção, como Comitê Central e Comitê Regional; era inclusive combatido por muitos camaradas, por sua interpretação da particularidade do capitalismo no Brasil. No entanto, era sempre consultado pelos dirigentes. Teve atuação destacada quando eleito deputado estadual por São Paulo em 1947, e atuou intensamente até ter seu mandato cassado em 1948, quando o PCB foi colocado na ilegalidade; na direção política da ANL, dentre tantas outras participações nacionais e internacionais no movimento comunista; além de, por sua condição privilegiada em termos econômicos, contribuir financeiramente com o partido.

Sobre o processo de consciência, Pericás narra um acontecimento de quando Caio era secundarista, fato que teria mexido com sua sensibilidade e consciência de classe. Foi quando no Colégio São Luiz

teria presenciado um trabalhador se desequilibrar e ser jogado para fora de um bonde elétrico... Ninguém veio em seu auxílio. Na hora, Caíto se deu conta de que, se aquilo tivesse ocorrido com ele, um membro da elite local, muitos transeuntes imediatamente viriam em seu auxílio (PERICÁS L B, 2016, p.29)

Já Maria Cecília narra que foi uma viagem ao Oriente Médio que despertou a curiosidade de conhecer profundamente o Brasil e suas particularidades. Viajando às regiões interioranas, assombra-se com a miséria moral e material da população “Costuma dizer que foi naquele instante que despertou para os problemas brasileiros e daí para os porquês e para as soluções” (HOMEM. MCN, p.47, 1986). Afirma ela com as palavras de Caio: “Eu era na realidade um burguês rico, de educação e visão europeia, acostumado ao conforto material. Ignorava até então nossa realidade” (apud HOMEM, MCN, p.47, 1989). Deixando assim indícios do processo de consciência de classe em si burguesa, passa à consciência de classe em si e para si do proletariado. Conforme o título de um artigo, Caio passa do “Palacete à Enxada”, da

rebeldia para a consciência revolucionária, arcando de maneira responsável com as consequências de sua escolha.

Danda afirma que

A curiosidade intelectual foi um traço inesgotável e essencial de sua personalidade... Queria saber a verdade, conhecer de perto as relações de trabalho e produção em cada recanto do país: defendia uma reforma agrária planejada, com o conhecimento das situações regionais. Motivava-o, basicamente, uma profunda perplexidade diante das desigualdades sociais. (PRADO JUNIOR C, 1989, p.43)

Nesse sentido, sua postura de comunista não deixara brechas:

Escrever para um comunista, não é fazer bonito, não é procurar louvores ou mandarinatos. É contribuir para a formação e divulgação da teoria revolucionária. Do marxismo. Uns farão isto melhor, outros pior. Mas todos contribuirão com alguma coisa. E é isto que importa. (PRADO JUNIOR C apud Péricas LB.2016, p. 286)

Neste caminho, já sendo um homem das letras, mesmo antes de ser comunista, aos 21 anos, formara-se em Direito, e sua inserção no PCB o levou ao aprofundamento da teoria revolucionária, ou seja, aos estudos do materialismo histórico-dialético, entendendo como uma necessidade sem a qual não é possível o salto de consciência, assim como a interpretação do real em movimento. Aprofundou seus estudos sobre a história do Brasil, seus processos políticos e econômicos desde a origem portuguesa, visualizando as conexões e relações diretas e indiretas com o velho mundo que, em transformação nas estruturas e relações de trabalho, ofuscava as reais relações com o novo mundo. O conjunto de sua obra mostra o cientista social completo que Caio fora, no caminho da história, da política, da economia, do estudo de método, da geografia, da filosofia, da sociologia até a etnografia. Como cantou Marx, um homem omnilateral, aquele que consegue desenvolver as suas

múltiplas potencialidades. Como identificou Pádua na elaboração cronológica da vida e obra de Caio, a *práxis*, ou seja, a articulação dialética entre teoria e prática, o pensar e agir, o planejar tendo em vista a interpretação coerente das relações entre as pessoas e as possibilidades de transformá-las objetiva e subjetivamente, sem escorregar em vacilos idealistas, afirma o método materialista dialético já desde a elaboração em 1933 de a “Evolução Política do

Brasil”, como um “ensaio de interpretação materialista da história do Brasil”. Por óbvio, o estudo da história é fundante no pensamento do materialismo dialético, na medida em que é na apreensão dos processos de rupturas e continuidades das relações de trabalho e sociais que se pode identificar o desenvolvimento das relações humanas, do ser social e natural e a produção e reprodução do que é elementar para a sobrevivência individual e coletiva, para assim ter elementos concretos a visualizar e planejar o futuro.

Segue Pádua afirmando

que estas análises vão sendo realizadas, publicam-se vários livros seus, mas, se por um lado sua *práxis* política se torna cada vez mais intensa, por outro também se instala um silêncio sobre os recursos metodológicos a que recorre: seus textos devem falar “por si só”. (PADUA, 1986, p.483)

Ou seja, o método não necessita estar sempre sendo comentado e sim ser o fio condutor invisível, porém sempre presente no processo investigativo e na exposição, como analisa Pericás ao refletir sobre as críticas a Caio:

um autor não é mais ou menos marxista pelo número de citações que faz de teóricos socialistas, mas pela correta aplicação do *método* ... E foi Caio Prado Júnior indubitavelmente, o primeiro a utilizar de *formasofisticada*, com êxito e num trabalho de fôlego, o materialismo histórico em nosso país (PERICÁS L B., 2016, p. 49)

Mesmo com todo reconhecimento sobre suas obras, tendo algumas delas traduzidas para o espanhol, também comparado a

Mariátegui pela originalidade na aplicação do método à realidade brasileira e latino-americana, Caio não ficou imune às críticas. Segundo Pericás, para Carlos Nelson Coutinho, Caio Prado Jr. teria basicamente escrito a evolução política intuitivamente no que diz respeito à dialética, como se se utilizasse de frases prontas.

Assim, entre 1933 a 1981, produziu livros, artigos, comentários, editoriais em revistas da internacional comunista, análises de conjuntura, traduções, contribuição na elaboração do programa político da Aliança Nacional Libertadora, entre outros estudos para revistas internacionais a respeito da realidade brasileira, somando 48 trabalhos publicados, conforme a cronologia elaborada pela estudiosa da obra caiopradiana Elisabete Pádua.

CAPÍTULO 2 FEUDALISMO OU CAPITALISMO: DEBATES EMERGENTES NO NASCENTE MOVIMENTO COMUNISTA

Neste capítulo, apresento o contexto histórico e político em que o autor de “A Evolução Política do Brasil” estivera inserido. A obra, datada de 1933, sem dúvidas, foi gestada diante das necessidades interpretativas da realidade brasileira, inserida de forma subordinada ao capitalismo, que já em sua fase superior impõe desafios sobre o futuro do país, das suas relações de trabalho e das de consciência de classe. É evidente que Caio Prado Júnior, devido a suas possibilidades de estudo, tivera acesso ao arsenal teórico marxiano, o que resultou na elaboração de um profundo estudo sobre as origens do Estado brasileiro e o sentido da colonização. O fundamento da orientação política imediata é a análise objetiva da realidade, portanto, seus processos de avanços, retrocessos, rupturas e continuidades. O autor, deparado com o ainda atual debate sobre o sentido da colonização e da exploração do trabalho no “novo mundo”, vai a fundo e afirma sua tese da exploração capitalista das terras brasileiras fundadas no trabalho escravo, indo contra as análises do nascente Partido Comunista que apresentava a análise de um Brasil feudal.

Coerente com aspirações revolucionárias, o fio condutor de suas elaborações é o de apreender no movimento gerado pelo antagonismo de classes a possibilidade objetiva de superação das relações capitalistas internacionalmente e sobretudo a sua forma particular de manifestação no Brasil. Daí a necessidade de interpretar as relações de trabalho e poder de maneira precisa e científica, trazendo nítido, por meio da historiografia, as relações como elas foram no seu íntimo e inicial desenvolvimento, em seu sentido principal e singular da colonização brasileira. Caio Prado foi um teórico da práxis, ou seja, aquele sujeito que buscara sempre o avanço de sua consciência, assim como o da consciência coletiva e da cultura proletária. Visando o futuro de uma

estratégia socialista, mostrou que uma interpretação equivocada da realidade brasileira poderia levar a organização e o programa do proletariado a rumos tortos e pantanosos. Empenhado em enfrentar este debate, evidencia em “A Evolução Política do Brasil” o fino exercício dialético de mostrar que o que movera a empresa colonizatória fora exploração do trabalho escravo no Brasil.

O Brasil, no início do século XX, passa por mudanças políticas e econômicas significativas, tais como a passagem do Império à República, acompanhada com o movimento da nascente industrialização. Entretanto, a característica econômica principal do país ainda mantém-se, fundada na exploração agrária

voltada para a exportação e embora regido por um sistema jurídico semelhante ao de outros países (entre estas, as nações latinoamericanas), possui um regime agrário nitidamente individualizado. É o regime de “fazenda” e do “latifúndio”, que ninguém encontrará, por exemplo, nos países da Europa e que a própria terminologia oficial da ciência econômica tem um nome particular: “plantation system”, sistema de plantação. (PRADO J C, 1982, p.122)

de forma que a direção política, já viciada na prática de privilégios e interesses pessoais, desde a Coroa, modifica a forma de governo, sem no entanto mudar radicalmente o sentido da propriedade da terra e da divisão do trabalho, que se firma cada vez mais pela exploração do trabalho pelo capital imperialista e pelo embrutecimento do nascente proletariado. Assim, é possível apontar, em concordância com Caio Prado, que

se formos aos fatos, havemos de verificar que toda política brasileira gira em torno desta hierarquia de “chefes” locais, que vai desde o chefe do distrito ou município, até os grandes “pagetes” de zonas. É das alianças e acordos, das rivalidades e das lutas destes chefes que sai toda a atividade política brasileira. Partido dominante é aquele que consegue agregar em suas hostes maior número de chefes locais; e as oposições são em regra constituídas dos chefes por um motivo ou outro descontentes (PRADO J C 1982, p. 134).

Instalam-se nestas terras apenas indústrias subsidiárias, ou seja, com suas matrizes em seus países de origem; instalam-se filiais para a superexploração do nascente proletariado brasileiro, afirmando, assim, ainda mais, o caráter de submissão ao imperialismo. Conforme o autor,

Na economia mundial contemporânea o Brasil não representa apenas o papel secundário e colonial de produtor de matérias-primas destinadas ao mercado internacional. Representa ainda o do campo de aplicação do capital imperialista. (...) já ocupou nossas principais fontes de riqueza: jazidas minerais, quedas d'água, estradas de ferro, portos, serviços públicos: bondes, telefones, esgotos etc. Domina os mais importantes setores do nosso comércio: do café (nas mãos de firmas americanas que são as maiores exportadoras: Theodor Wille e Cia., American Coffee etc. E dos ingleses, através de financiamento realizado por Sazardbros e outros); do algodão (isto particularmente no norte; em São Paulo estamos indo pelo mesmo caminho e firmas estrangeiras como Anderson Clayton e outras já se apresentam para disputarem mais esse setor da economia paulista) (PRADO J C, 1982, pp. 128-9).

Empresas dirigidas por estrangeiros fazem deste território, rico em minério e carente em infraestrutura urbana e de mobilidade, uma excelente onda de oportunidades e negócios. Em terras brasileiras, usufruem do baixo custo para instalações e de pagamento da força de trabalho e da falta de direitos trabalhistas. Uma massa enorme de pessoas em condições precárias de vida e trabalho submetia-se a exploração. O sistema colocara a pessoa negra à margem; com o fim da escravidão, o povo preto, à deriva, sofre com a política de higienização e branqueamento do “povo brasileiro”, com postos de trabalho destinados para pessoas brancas e imigrantes, sobretudo os italianos, seja para as plantações de café, seja para a nascente indústria.

Toda esta movimentação nas forças econômicas provocou ações políticas por todos os lados, entre as classes dirigentes e destas contra os trabalhadores organizados. Por parte da classe dirigente, mais uma vez

encontrara-se em conflitos de interesses quanto à direção da produção da riqueza. Neste conflito, rompe-se com a política do café-com-leite (República Velha) e forma-se então a Aliança Liberal (República Nova), evoluindo de mãos conservadoras para políticos mais interessados na urbanização e modernização do país. Estradas de ferro, eletricidade, movimentos culturais, tal qual a Semana da Arte Moderna, e políticos, como as greves de 1917 e 1919 e a formação do Partido Comunista do Brasil – PCB em 1922. Diante da contínua e violenta acumulação primitiva, o nascente proletariado não se cala e movimenta-se por influência do anarco-sindicalismo italiano e, entre 1917 e 1919, organizam as primeiras grandes greves gerais neste território. Surgem as aspirações por outra sociedade, a efervescência no movimento internacional revolucionário que culminou em 1917 na Revolução Russa e na formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Astrogildo Pereira registra a situação econômica do Brasil no pós-primeira grande guerra, tempos que foram decisivos para a formação do movimento comunista no Brasil:

o grosso da indústria brasileira surgiu no período de 1905 a 1919. Sabe-se ainda que cerca de 5.940 estabelecimentos, quase metade dos 13.336 recenseados em 1920, foram instalados durante os anos de 1915 a 1919, precisamente no período da guerra ...Partindo das estatísticas de 1920, podemos calcular que em 1922 haveria no Brasil, aproximadamente, de 300.000 a 320.000 operários industriais, concentrados principalmente no antigo Distrito Federal e municípios vizinhos, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. (PEREIRA, 1979, p. 65)

A indústria ainda não era de vulto suficiente para retirar a centralidade da exportação agrícola, e dos crescentes empréstimos, conforme mostra Caio Prado, caracterizando a superexploração desde a produção direta de mais valor até a financeirização da economia brasileira:

Na realidade o capital estrangeiro que nos procura é produzido no próprio Brasil. Somos nós que o fornecemos, e só nominalmente, por efeito

justamente da exploração imperialista, de que somos vítimas, é que ele nos pertence. Os capitalistas estrangeiros, aplicando aqui seus capitais, não fazem outra coisa senão lançar mão de fundos que nos mesmos lhe fornecemos. (...)Ora, em 1928, segundo cálculo oficial, que figura mensagem presidencial de 3 de maio de 1929, o Brasil pagou de amortizações, juros de empréstimos e dividendos de empresas estrangeiras, £ 24. 469.370. (PRADO J C, 1982, pp. 130-1)

Nesse meio surgiu a necessidade de uma organização que fizesse frente às questões objetivas da exploração do trabalho e subjetivas na formação do proletariado brasileiro. Assim, sob o exemplo do movimento revolucionário russo e do internacionalismo proletário, cria-se o então Partido Comunista do Brasil – PCB. Era um grupo composto por anarco-sindicalistas italianos e maçons inspirados em 1917 e tendo a noção de que somente a classe organizada pode fazer frente ao Estado dos empresários e proprietários de terras.

Questões como o sentido da colonização e do capitalismo no Brasil, no início do século XX, latentes e carentes de elaborações profundas, vinculadas à concepção de sociedade, de ser social à luz da dialética materialista-histórica que, desenvolvida contra o capitalismo, encarna outras relações de trabalho, propriedade e pessoa.

Após longos debates e intervenções da Internacional Comunista, afinou-se e organizou-se assim o Partido Comunista no Brasil. Curioso foi, pois, antes da teoria revolucionária, ou seja, da formação de quadros revolucionários desenvolvidos com a habilidade para a leitura da realidade sem o véu da ideologia burguesa/pequeno burguesa, que a astúcia política e a moral proletária não sucumbissem aos privilégios, fossem quais fossem. Emergiu a prática dirigida pela III Internacional, que acompanhou de perto a formação do PC, assistindo e orientando a forma organizativa e apontando as leituras da realidade brasileira, pois, identificando as fragilidades teóricas dos camaradas brasileiros

O comitê executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório de representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este partido não é ainda

um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas... (PCB *apud* CARONE, 1982, pp. 33-4)

Assim segue a resolução:

2º) A agência de Propaganda para a América do Sul (“Boureau de Propaganda pour l'AmériqueduSud”), é convidada a trabalhar pela organização do Partido Comunista brasileiro, de acordo (sic) com os camaradas brasileiros. (PCB *apud* CARONE, 1982, p.34)

No entanto, a Internacional Comunista também não estava isenta de desvios mecanicistas. A própria direção da IC fazia uma análise transposta de realidades, perdendo de vista as particularidades locais de território, natureza e cultura. Assim, afirmava-se que os latifundiários, sobretudo do café, era o mesmo dos senhores feudais, confundindo o sistema de trabalho escravo com feudalismo. Generalizava-se a experiência particular do processo revolucionário russo, em que neste país de múltiplas nacionalidades, que vivia situação de organização da propriedade das forças produtivas e dos meios de produção tipicamente feudais subordinados ao Czar, uma grande massa de trabalhadores na ignorância em uma sociedade que, portanto, ainda não desenvolvera as forças produtivas do capitalismo.

Do primeiro ao terceiro congresso, as dificuldades de interpretação marxista foram marcantes, tanto pelos obstáculos ao acesso às obras na língua portuguesa, quanto pelas origens dos sujeitos que fundaram a agremiação. Lia-se que o Brasil viera de uma origem feudal fundada na grande exploração agrícola organizada por glebas e no trabalho escravo como fundamento principal à exploração. Em “Agrarismo e industrialismo”, Octávio Brandão afirma que

o grande proprietário no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café

no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica na existência de servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador da enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces, da Idade Média. A consequência religiosa é o catolicismo, a religião que predominou na idade média... E a consequência psicológica: no alto, o orgulho, a mentalidade aristocrática, feudal; em baixo, a humildade (BRANDÃO O, 1957).

Conforme esta interpretação, enquanto existe esta casta feudal ou semifeudal, há também uma burguesia industrial nascente que se manifesta em conflito com os interesses do oligopólio agrário altamente conservador e de vícios aristocráticos dos “proprietários rurais feudais”. Conforme resolução do I Congresso, “Numa palavra: o PCB, partido da classe operária, deve conduzir a pequena burguesia e não ser conduzido por ela” p.39. Essa interpretação leva à conclusão de que o inimigo principal do proletariado é o imperialismo que, aliado aos feudais, dominam o país; portanto, há necessidade de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da libertação nacional das mãos imperialistas, pois, para o Partido Comunista a dominação econômica estava nas mãos destes senhores exportadores, do “agrarismo feudal”, que oprimia não só o proletariado, mas também a pequena burguesia, travando o desenvolvimento do mercado interno brasileiro, da democracia e da luta de classes no Brasil, como mostram as resoluções do II Congresso do PCB (1928/1929):

- 1.º) O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente "independente".
- 2.º) O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas campesinas.
- 3.º) O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país – notadamente da indústria pesada – é entravado pelas forças de compressão imperialista.
- 4.º) Involuntariamente, porém, o próprio imperialismo promove certas condições técnicas

que favorecem esse desenvolvimento, de que resulta a formação de núcleos industriais (como o Rio e São Paulo), onde se aglomeram massas proletárias consideráveis.

5.º) A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder.

6.º) Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravandose cada vez mais a opressão deste último, acentua-se cada vez mais a exploração econômica e conseqüentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia.

7.º) De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado.

8.º) Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução às suas últimas conseqüências, mesmo dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das mais largas massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas.

9.º) Assim, pois, deve o proletariado apoiar energeticamente, desde já, o movimento revolucionário em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução na sua primeira etapa:

- a) solução do problema agrário, confiscação da terra;
- b) supressão dos vestígios semifeudais;
- c) libertação do jugo do capital estrangeiro. (PCB *apud* CARONE, 1982, pp. 75-6))

Assim culminou na necessária aliança com a pequena burguesia brasileira, de modo a desenvolver o capitalismo nacional como etapa

necessária para o processo revolucionário socialista. Ou seja, como não houve de fato uma revolução burguesa no Brasil e sim uma transição conciliatória nas estruturas de poder, mantendo os mesmo proprietários rurais “feudais” na direção do Estado, mostra-se, nesta visão, necessário o processo de libertação nacional. A primeira tentativa foi a Liga Antimperialista: “Todo movimento revolucionário em países do tipo semicolonial como o Brasil tem forçosamente que assentar sua luta principal contra a dominação imperialista” (PCB *apud* CARONE, 1982, p. 72):

O III Congresso tornou obrigação a fundação da Liga, que tem, entre nós, um papel dos mais importantes a desempenhar na preparação da luta revolucionária. Com efeito, a Liga pode e deve organizar em suas fileiras os elementos revolucionários não só do proletariado, como também da massa camponesa e da pequena burguesia. (PCB *apud* CARONE, 1982, p. 72)

Neste mesmo congresso, foi também determinada a criação do Bloco Operário e Camponês – BOC, como um avanço na articulação das lutas revolucionárias também no campo, tendo em vista a grande massa agrária nas relações de trabalho, e definido

que o Bloco Operário e Camponês é a frente única das massas laboriosas em geral sob a *hegemonia do P.C.* (grifos do autor) este último é e deve ser cada vez mais o núcleo central e dirigente do BOC, o cerne compacto e resistente em torno do qual se agrupam as mais largas massas de operários, camponeses, gente pobre de toda a natureza. (PCB *apud* CARONE, 1982, p. 74)

Ainda que identificassem no conjunto da luta de classes interesses opostos entre os elementos das classes dominantes, insistia-se no potencial da pequena burguesia, percebia-se que havia interesses distintos entre aqueles chamados de “feudais” e os “capitalistas”, ambos ligados aos interesses imperialistas: por um lado, o imperialismo inglês financiando a produção do café e, por outro, o estadunidense na influência do comércio deste café, além das garras nas riquezas naturais como o petróleo. Digladiam-se ambos pela manutenção da colônia Brasil. Assim, na I Conferência do PCB em 1934, afirma-se que

Esta situação, criada pela adaptação da economia do país aos interesses dos grandes proprietários e dos imperialistas em prejuízo das massas populares, cria margem e facilita ainda mais a penetração do capital estrangeiro e uma maior intensificação das lutas das camadas dominantes, grupos feudais e burgueses, ligados por seus interesses a um ou outro bando imperialista (PCB *apud* CARONE, 1982, p.160)

Há uma burguesia nacional a ser vista como aliada, e surge então como frente ampla a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que vem para criar um espaço amplo dirigido pelos comunistas, mas que dialogasse com elementos liberais nacionais e a pequena burguesia vacilante. Afirma Prestes:

A unificação nacional é, por isso, impossível sob a dominação imperialista. Só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário, acabar com o regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impõe ao país. (PRESTES, LC *apud* CARONE, 1982, p.175)

Segue Prestes

A Aliança Nacional Libertadora é, por isso, uma vasta e ampla organização de frente única nacional. O perigo que nos ameaça, o perigo que aumenta dia a dia, nos obriga a colocar em primeiro plano nos dias de hoje, a criação do bloco, o mais amplo de todas as classes oprimidas pelo imperialismo, pelo feudalismo, e portanto da ameaça fascista. (*apud* CARONE, 1982, p. 176)

Diante das leituras dos documentos do PCB nos seus primeiros anos, fica evidente a fragilidade em termos de análise materialista histórico-dialética, em que a forma organizativa e a vontade de

transformação chegaram antes da formação intelectual coerente com esta nova maneira de interpretar o mundo e a luta de classes. Nos documentos estudados não se encontra uma explicação profunda sobre as origens das relações de trabalho e poder no Brasil, há apenas a constatação de um Brasil feudal. Incorre-se no equívoco, a que Marx atenta quanto ao método, de iniciar a análise pela aparência do fenômeno, como quando se quer explicar conflitos em um território analisando a sua população sem identificar que esta população é composta por diferentes classes sociais. É claro que nas reflexões então apresentadas há um posicionamento classista, no entanto, ao interpretar a realidade acabam por transpor mecanicamente realidades muito distintas. O próprio Octávio Brandão reconhece em “Agrarismo e industrialismo”, afirmando autocriticamente que se transplantou para o Brasil do século XX a concepção da luta entre os feudais e a burguesia durante a revolução francesa, no fim do século XVIII (BRANDÃO O, 1957). Esses vícios positivistas vulgarizando o marxismo e tornando-o mecanicista resultam, em linhas gerais, em uma equivocada leitura da realidade originária da luta de classes no Brasil: “a direção do partido não assimilava ainda suficientemente o pensamento marxista sobre os problemas relativos ao conteúdo social da revolução em países como o Brasil” (PEREIRA A, 1979, p.83).

Este debate, aqui restrito aos documentos do PCB, por tratar especificamente do período que instigou Caio à investigação precisa da particularidade brasileira e suas múltiplas determinações, se faz presente entre a intelectualidade da esquerda em geral desde os que estavam orgânicos no PCB até as agremiações formadas pelos rachas ou intelectuais independentes e até hoje não está superado no movimento revolucionário.

Essa digressão se faz necessária na medida em que toda obra do homem é resultado dos conflitos e contradições que se vive no movimento cotidiano de ação e de elaboração do meio em que se está inserido. ”A evolução política do Brasil”, primeira obra de cunho materialista históricodialético que abrange a totalidade das relações de dominação capitalista e capta as particularidades da formação social política e econômica no “novo mundo” em território que chamamos de Brasil, é resultado destes conflitos interpretativos sobre nossa origem. Ainda que a obra em questão date de 1933, sem dúvida ela é primordial e necessária para ampliar e aprofundar a interpretação da realidade brasileira e as possibilidades de sua própria transformação, haja vista os debates no ambiente político revolucionário brasileiro que, ainda nascente, carecia de uma interpretação precisa das relações de trabalho e

poder originárias neste território. Assim apreende-se da análise de Caio, que os equívocos mecanicistas foram muito caros para o movimento comunista brasileiro que em “A Revolução Brasileira” indica

“as graves distorções observadas na interpretação da realidade política, econômica e social brasileira contribuíram para os erros que vinham sendo cometidos desde longa data na ação política da esquerda” (PRADO J C. 1982. p. 23).

CAPÍTULO 3 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

Agora, posta a percepção do homem e o contexto de sua obra, apresento minha reflexão sobre “A evolução política do Brasil” e a atualidade. O que mudou desde os tempos da Coroa? É possível, a partir desta leitura, do sentido capitalista da colonização e que aborda as relações de disputa pelo, então, nascente Estado brasileiro, entender qual foi a evolução nas relações de trabalho e de poder? E desta evolução, para qual classe ela serve e o que impede a sublevação? Tal desafio só cresce diante da atualidade brasileira do século XXI, em que vemos repetir-se, como tragédia, as dinâmicas de poder político e econômico da nascente autocracia burguesa nestas terras.

O sentido da colonização brasileira, as relações de trabalho e delas a constituição da classe trabalhadora e suas formas de consciência e dominação, são temas amplamente estudados nas ciências sociais, seja nos domínios das mudanças no mundo do trabalho para a sua manutenção e/ou transformação radical. As relações sociais e de trabalho vindas às terras tropicais proporcionam, desde os primórdios e ainda no século XXI, frutíferos debates quanto às interpretações sobre a formação social brasileira³. Dentre diversas possibilidades de análise das condições objetivas e subjetivas do Brasil brasileiro, é fundamental apreender as relações que formaram o país em suas instâncias regulamentadoras do trabalho, de mercados e comportamentos, ou seja, a complexa relação entre o Estado e a sociedade.

Desde a originária formação societária, em terras tropicais, as manifestações de dominação e o caráter desta dominação são, ainda, tema polêmico, ou seja, se nossa formação societária é de origem feudal, semifeudal ou capitalista. Debate de fundo estratégico para aqueles intelectuais que se dedicaram, no início do século XX, à atividade política contra a exploração do trabalho e o baixo nível cultural do proletariado brasileiro. Por isso, torna-se uma questão essencial, ainda

³ É possível identificar desde Nina Rodrigues (1862-1906), médico e antropólogo teórico da ordem dominante, a força da ideia eurocêntrica, da supremacia do indivíduo branco, apontando que a miscigenação e a negritude fragilizam o ser social brasileiro e assim justificam a política de branqueamento da população. Já Gilberto Freyre (2004) ao interpretar a formação social deste povo, identifica o contrário, mostrando justamente a miscigenação, já vinda do próprio português que, misturado com os mouros, misturara-se mais ainda aqui com a população índia e negra, fortalecendo a capacidade de adaptação às terras tropicais.

hoje, em pleno século XXI, para a projeção das ações políticas, organizativas e programáticas à transformação objetiva das relações de trabalho e poder no Brasil contemporâneo.

Como visto no capítulo anterior, este debate se deu, sobretudo, no seio do Partido Comunista Brasileiro (PCdoB), fundado em 1922, que apontava em suas elaborações a origem feudal do Estado brasileiro e esta reflexão era resultado das elaborações de teóricos dos quadros comunistas. Fazendo frente a este debate, Caio, também intelectual militante comunista, tendo maiores condições práticas para seus estudos, levanta a questão do método de investigação, aprofundando seu olhar e buscando na história a verdade sobre nossa colonização. Visto que a verdade é histórica, se debruça nos estudos sobre a colônia para averiguar a validade de sua tese sobre o sentido da colonização.

Assim segue este capítulo, com o intuito de mostrar a validade desta análise, assim como de sua atualidade, haja vista a atual crise do capitalismo e seus resultados na vida política e econômica brasileira. Apreender nosso passado é dar nitidez para visualizar os caminhos às ações futuras. Mostrando-nos os conflitos políticos desde a chegada Lusa até os desdobramentos à Independência do Brasil, apresenta-se, portanto, uma percepção particular das relações políticas no Brasil.

3.1 QUAL O SENTIDO

Para Caio., a formação do Brasil foi obra de uma empresa colonizatória, articulada umbilicalmente ao capitalismo mercantil que em transição para a hegemonia do capitalismo industrial necessitava a ampliação de novos mercados e territórios a serem expropriados e seus povos explorados a baixo custo. As formas jurídicas que dirigiram a invasão lusa deste território vasto e desconhecido, repleto de perigos da natureza e agressões dos gentios, foram postergadas, na medida em que o território inicialmente ficou à deriva, viabilizado economicamente somente pela extração do Pau-Brasil. Faltando-lhe recursos próprios, o Reino, para efetivar a colonização e exploração das terras, lançou mão da iniciativa privada para a invasão do território, conforme mostra Caio:

Interessava aos donatários e à Coroa não se fazerem de generosos, mas sim a produtividade da colônia, condição essencial para o aumento dos seus rendimentos; e isto naturalmente só alcançavam com a entrega da terra a quem, por conta própria, estivesse em condições de

aproveitá-la. Por isso preferiam sempre os mais abastados (PRADO J C, 1982, p.17).

Assim, a invasão efetiva do território ocorreu por meio de proprietários privados, aliados à Corte, tendo do Estado português a partilha das terras invadidas, ficando a cargo dos privados as garantias de seus escravos, da segurança, padre e provimentos próprios. Caio Prado Jr. afirma, assim, sua principal tese: o sentido capitalista da colonização. Ainda que, na aparência, as formas jurídicas fossem carregadas de traços medievais, as relações de trabalho ainda sob o regime da escravidão e a educação também submetida aos rigores religiosos católicos e aristocráticos, na essência, toda a riqueza explorada neste território servia de combustível para a nascente indústria do capital. Mostra que

Esse ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço nenhum de relevo na formação histórica do Brasil. Em 1549, com a instituição do governo-geral, começa o resgate pela Coroa das capitanias doadas (PRADO J C, 2012, p. 16).

Evidentemente não há como tratar da origem de nosso Estado sem contextualizar as particularidades históricas das relações de trabalho, tempo, espaço e território, análises que, posteriormente, Caio, produziu de maneira mais profunda em “História econômica do Brasil” e “Formação do Brasil contemporâneo”, por exemplo. Em “A evolução política...”, traça em síntese os caminhos políticos e jurídicos desde a chegada dos portugueses e sua administração provincial que, dirigida então pela Coroa, delega as relações de poder e propriedade à confiança dos que empreenderam aqui seus negócios. Segue a análise apontando a centralidade da questão da terra, e da forma de cultivo da terra. Portanto, é na determinação econômica que funda sua tese. E é sobre a questão agrária que, ainda, as disputas políticas constituíram a dinâmica da luta de classes nestas terras.

Complexa reflexão, dado o momento histórico mundial de fase superior do capitalismo, enquanto, em terras tropicais, a forma de exploração do trabalho e de organização societal eram hegemonicamente escravas na particularidade brasileira, porém, em contexto mundial, análogas à escravidão. Analisa também levantes populares ocorridos durante o Império, dos poucos trabalhadores livres e da maioria escrava. Reflete sobre os sentidos de seus parcos objetivos e o que os levou às derrotas. Aponta que, não havendo a hegemonia do assalariamento, as condições subjetivas e culturais para a organização política e programática eram frágeis e suscetíveis ao personalismo e à fragmentação das lutas, além de ficar embaçada a percepção do real inimigo. Por não haver uma conexão programática, estes movimentos e levantes populares acabam arrasados pelas forças coercitivas e violentas do Estado e das associações privadas, como o caso da Guarda Nacional. Assim, o Estado, agente repressor por natureza, desde já reprimira e oprimira a sublevação da classe trabalhadora, promovendo inclusive a luta entre os próprios explorados. Assim, o autor mostra que desde a colônia há utilização do povo como massa de manobra para o alcance de interesses privados da classe dominante, assim como as manobras políticas para a manutenção do poder mantêm-se, apenas em outras roupagens.

Coerente com sua consciência, faz do seu estudo histórico e político uma arma na luta contra o capitalismo. Enfrentando a história oficial com sucesso, mostrou num livro ao alcance de todo mundo que “também na nossa história os heróis e os grande feitos, não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial” (PRADO J C, 2012, p. 10).

3.2 DA CHEGADA

O que trouxe às terras tropicais embarcações européias, primariamente, as portuguesas, fora a expansão comercial. Assim, conforme Caio PRADO J C, :

O surto marítimo que enche a sua história do século XV não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava, no reduzido território pátrio, satisfação à sua desmedida ambição. (PRADO J C 2012, p. 13)

Foi o vento que soprou às terras tropicais, à América! Um acaso do tempo que aqui promoveu das maiores empresas de colonização, dominação via assassínio, roubo e submissão de povos à expansão mercantil, tendo por base grandes explorações monocultoras e sob égide do trabalho escravo nos trópicos. “Aqui uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária” (PRADO J C, 2012, p. 16)

As embarcações do além-mar tinham por objetivo a circulação e captação de mercadorias, especiarias e metais preciosos. Rotineiras eram as investidas junto a povos inseridos na dinâmica do capitalismo mercantil, porém, aqui no então “novo mundo”, deparam-se com o calor dos trópicos e com práticas de vidas completamente diversas das do povo católico apostólico romano. Com povos que, para os europeus, eram inferiores e sem alma. Fundado no pensamento eurocêntrico, que punha o homem branco europeu no topo da evolução social, na expressão ideológica da expansão lusitana e as missões jesuíticas que objetivara, na dominação portuguesa, via a espada, a língua portuguesa e a ordem de cristo, as justificativas para abordarem os viventes nestas terras, seres, por eles tratados como sem alma a serem colonizados e catequizados.

Quando Maquiavel elaborou o Príncipe⁴, indicou que, quando algum Estado ou povo vem a ser dominado, sobretudo quando este se rege por leis próprias ou vive em algum tipo de liberdade, os dominadores devem: 1) arruiná-lo; 2) ir morar neles; 3) deixar que vivam com as leis organizadas pelo dominador. Pode-se perceber que em terras brasileiras se seguiu, de certa forma, as orientações de Maquiavel ao Príncipe da Itália. Ao invadirem as terras tropicais, primeiro dominaram e, ao inserirem as doenças (muitas vezes propositalmente, vista a fragilidade imunológica dos indígenas) e também a cultura cristã europeia e medieval, seja via missões jesuíticas ou via relações de trabalho escravas, arruinaram a população nativa.

Forja-se assim a principal colônia da corte portuguesa, tendo nestas terras o futuro de sua sede e de sua decadência. Então, o Brasil, carregando na sua forma as relações medievais de poder em tempos de

⁴ Um presente de aniversário para o Príncipe da Itália (que vivia conflitos típicos de um tempo de transformações políticas e econômicas).

revolução industrial, reproduz aqui todos os vícios e degenerações das relações de poder monárquicas e aristocráticas, fazendo-se nestas terras uma espécie de “acumulação primitiva”:

Inicia-se então a “caça” do homem pelo homem, que pelas suas proporções tem poucos paralelos na história, e que figura como apanágio de glória das “epopéias” bandeirantes... escusado será repetir o que foram estas expedições predadoras do gentio, que percorreram o território brasileiro de norte a sul e de leste a oeste, descendo do sertão milhares e milhares de cativos a serem iniciados nas “belezas” da civilização (PRADO J C, 2012, p.25)

Assim, ao expropriar as terras dos índios, forma-se um país prioritariamente agrário e exportador a fim de potencializar as forças capitalistas e que reproduziu as formas coercitivas, tais como as empregadas na então acumulação primitiva europeia. Dois comércios de alto rendimento. A exploração da força de trabalho, ou seja, a circulação e o tráfico de pessoas, aliada à exportação do açúcar de alta qualidade. Eis a combinação do sucesso inicial da empresa colonizatória. Neste tempo de dominação mundial via navegação, os europeus que dominavam a técnica encontraram e invadiram o continente americano; assim, espanhóis, ingleses, holandeses, portugueses e franceses passaram a dominar o mundo e efetivar o nascimento da indústria do capitalismo na sua dimensão internacional de expropriação e exploração do trabalho. Nesse período de transição política e econômica, no qual as bases das relações de trabalho estavam sendo modificadas, promovendo nesse movimento a mudança na forma de propriedade e portanto nas relações de trabalho, emerge uma nova dinâmica de poder social, que se dá, sobretudo, na relação antagonica entre as classes e não entre os indivíduos, na medida em que, no capitalismo, as relações deixaram de ser entre o artesão ou produtor direto e passaram a ser do proprietário da produção com o empregado assalariado que não tem mais noção da produção em sua completude. (MARX e ENGELS, 1980).

Em tempo de efetivação do trabalho livre, da propriedade privada capitalista, da derrocada do estado absolutista para a constituição da democracia burguesa na forma de Estados nacionais republicanos, nas colônias da América Latina se reproduzia a forma

escrava de exploração do homem coexistindo e colaborando para o sustento do jovem capitalismo.

A investida no Brasil sustentou o comércio e produção de açúcar, necessidade de consumo no velho mundo por sua utilidade conservante e adoçante. O espaço propício para a produção sem dúvidas veio a ser o novo mundo, em particular as terras brasileiras. Por ser colônia de Portugal, mantinha como objetivo suprir as necessidades da coroa, que já não tinha mais em suas terras européias condições materiais de reproduzir seu povo. Assim, toda a produção da vida na Colônia era controlada e determinada pela corte, que visava exclusivamente a exportação, inviabilizando a possibilidade de um mercado interno, além das relações escravas de trabalho que não forneciam condições de um mercado interno que promovesse e desenvolvesse a empresa nativa. Ademais, tudo que era consumido pela nobreza era importado, cultura que permaneceu no imaginário brasileiro por muito tempo e quiçá ainda hoje existe, servindo quase que exclusivamente aos interesses do imperialismo.

3.3 A TERRA

Conforme mostra Caio desde a Colônia, para o Brasil o eixo da questão é a propriedade e a utilização da terra. O autor de “A questão agrária” evidencia a presença da exploração agrícola para exportação em larga escala de produção monocultora em grandes fazendas. Produção que demandava grande esforço humano para o cultivo das terras.

Conflitos, corrupções e conchavos marcam as relações entre o Estado Luso e os proprietários das casas grandes que passam a incorporar a condição territorial de ser brasileiro provocando dentre os diferentes interesses dos dominantes conflitos de forma “A luta de classes, pequenos e grandes proprietários que passam grandes fazendas, degenerando não raro em violentos conflitos a mão armada” (PRADO J C, 2012, p.22)

Evidencia-se que o povoamento e suas atividades produtivas serviam exclusivamente às necessidades lusas. Conforme o autor, “a economia agrária Lusa e o povoamento teve por tipo a grande exploração rural” (PRADO J C, 2012, p. 19) e a articulação política da Coroa, assim como suas ferramentas jurídicas, evitavam que a produção fugisse do estabelecido por lei. Ainda que este ordenamento se desse conforme os diferentes espaços territoriais, a ordem geral era a produção de cana nos engenhos, mas, por sua diversidade natural, impõem-se diferentes

maneiras de dominação e utilização da terra: cana ao sul/sudeste; minérios ao centro; pecuária ao norte/nordeste; extrativismo ao norte. Portanto, a própria materialidade das relações econômicas e políticas impediam o trabalho livre e o surgimento de pequenas propriedades. Segue o autor:

A pequena propriedade não encontrou terreno favorável para se desenvolver na economia da colônia. O trabalho livre de pequenos lavradores não podia concorrer na rude tarefa do desbravamento de uma terra ainda virgem e nas primitivas culturas e produções aqui adotadas como o grosseiro trabalho escravo. Este satisfazia plenamente as exigências desta rudimentar agricultura por um custo inacessível ao trabalho livre. ... é o que analogamente encontramos nas colônias inglesas na América do norte. Enquanto nas setentrionais sempre predominou a pequena propriedade, nas só Sul afirmou-se, como entre nós, o tipo de cultura em grande escala (PRADO J C, 2012 p. 20)

Caio, nos mostra a inviabilidade da pequena propriedade devido ao escasso escoamento, pois a pequena produção serviria apenas às necessidades internas brasileiras, que não existiam por não haver um mercado interno. Assim:

Quanto ao mercado interno, era ele limitadíssimo, não só pelas condições da população colonial, constituída quase toda de escravos negros, índios e mestiços, como também pela dificuldade das comunicações, o que segregava as populações por completo umas das outras. ... A todas essas dificuldades que se atoaçam à pequena propriedade, havemos de acrescentar a agressividade das tribos indígenas, que punham os estabelecimentos colonizadores em constante alarma. Era tão sério esse problema das agressões do gentio que as próprias determinações régias exigiam dos colonos um preparo bélico permanente. (PRADO J C, 2012, p. 21)

As condições de segurança da propriedade contra o gentio também eram relevantes, visto que eram os próprios proprietários que tinham de assegurar as terras, os escravos e a produção. Mas, principalmente, o sentido da colonização era o que orientava a produção, ou seja, a exploração da terra em larga escala para suprir as necessidades do mercado internacional. Portanto, a questão da terra e da forma de exploração é central na análise do autor, pois é isso que define o conteúdo da colonização: as suas formas variam conforme as transformações daquele período de mudanças na hegemonia das relações políticas e econômicas no mundo.

3.4 DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E POVOAMENTO

Vista a necessidade de cultivo para o mercado internacional, seja da monocultura, seja dos produtos exóticos, o trabalho escravo, ainda que residual às colônias, era a única solução para tão exaustiva e desumana condição de trabalho. Além de ser um mercado de alto rendimento, movimentava a economia no âmbito da circulação, criando condições vantajosas de mais valia, resultado do tempo de trabalho 24 horas explorado e também apropriado externamente. Além de, mediante relações jurídicas e creditícias, proporcionar largos e vantajosos rendimentos e status em detrimento da vida saudável física e moralmente do nascente povo brasileiro, as justificativas para a escravidão eram as da inferioridade espiritual e moral do gentio e do africano e que, além das condições de trabalho, passaram por um brutal acultramento em nome de Cristo. A exploração do gentio e do africano tinham diferenças, uma pelas condições físicas e de cativo (o negro era nitidamente mais forte desde os braços até a imunidade, além de não conhecer o território como o gentio), e também ideológicas, que favoreciam o acultramento menos resistente do índio, caindo então nas graças dos jesuítas:

A servidão índia, sob estas formas, se manteve até meados do século XVIII, quando foi totalmente abolida por Pombal. ... é que além da disposição legal, havia contra ela a ineficiência do trabalho indígena. Avessos à vida sedentária da lavoura, que lhes contrariava o natural nomadismo, trabalhavam os índios mal, e fugiam com facilidade. ... A condição dos escravos negros é mais simples que a dos índios. Não tiveram, com

estes, “protetores jesuítas”, e até o Império continuaram simplesmente equiparados às “bestas” das ordenações Manuelinas (PRADO J C, 2012, p.27).

O papel dos colonos e da Corte nesta terra não era povoar muito menos construir uma sociedade elevada em seus patamares culturais para um novo mundo. Conforme o autor, “compreende-se a importância destes grandes agricultores em meio de uma população miserável de índios, mestiços, negros escravos. E desde o início da colonização é destes que se constitui a massa popular” (PRADO J C, 2012, p.24)

Portanto, a hegemonia das relações escravas de trabalho, a falta de recursos dos lusos para povoar este território, o residual trabalho livre e de pequenas propriedades, ambos subordinados à Casa Grande, caracterizam as relações de trabalho e povoamento do Brasil.

3.5 A FORMAÇÃO DO ESTADO E O CARÁTER DAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS DURANTE O IMPÉRIO

O Estado é um instrumento de mediação entre a sociedade e os indivíduos, é o que regulamenta as relações entre as pessoas circunscritas em determinado território. Esta instituição é essencialmente de classe e possui o monopólio legítimo da força física para a manutenção da ordem. Conforme Marx, “domínio desavergonhadamente simples do Sabre e da Sotaina” (MARX e ENGELS, 1983, p. 211), ou seja, o Estado como aquele que se utiliza da força da espada: o exército e a hegemonia ideológica por meio da Igreja. Friedrich Engels, em “A origem da família da propriedade e do Estado”, afirma que este é um instrumento de dominação de classe, sendo assim, só faz sentido a sua existência em sociedades que estejam divididas em classes antagônicas e para que se mantenha a ordem e a segurança da propriedade privada. Portanto, é necessária a “instituição de uma força pública”.

a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente a população e se organiza também como força armada... Esse poder público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições

coercivas de toda a espécie... (ENGELS, 1985, p 155).

O Estado, portanto, está para a manutenção da sociedade de classes com o uso da força física e da dominação ideológica, a fim de assegurar a propriedade privada. É um instrumento de dominação de homens sobre homens e de alguns destes homens sobre o território.

O Estado não é de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não se pode desvincilhar. Mas para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. (ENGELS, 1985, p. 191).

O Estado manifesta-se como elementar para a manutenção de uma sociedade de classes. Marx, em “As lutas de classe na França”, apresenta a materialidade de uma disputa política pela hegemonia do Estado, ou seja, seus meios de dominação e competição econômica, ideológica, jurídica e cultural.

As avaliações, em geral, indicam o Estado como um meio de dominação em que o exercício da força física lhe é legítima com o fim de manutenção da ordem e da propriedade privada, ambas restritas a um limite territorial. Aqui nestas terras, a constituição do Estado deu-se de forma absolutista, ou seja, o poder da gestão do Estado a serviço do Rei de Portugal. Como já visto, Portugal estava inserido na lógica mercantil do capitalismo que já se encontrava em fase de reprodutividade industrial(o transito de modo de produção feudal para o capitalista é possível verificar que a expansão inicial ocorreu via o comércio criando bases para a efetiva modificação das relações de trabalho que passam do

artesão para o industrial) nesta complexa contradição, do novo que carrega em si ainda características do velho, as condições políticas, jurídicas e ideológicas estavam intimamente vinculadas à nobre aristocracia conservadora. Os interesses da burguesia reinol e da burguesia vinculada à agro-exportação inicialmente eram os mesmos

Compreende-se, aliás, tal atitude passiva da metrópole. Coincidiam perfeitamente seus interesses nestes primeiros anos da colonização com os das classes dominantes na colônia. Eram eles que desbravavam o território – ou faziam-no desbravar – conquistando-o palmo a palmo aos indígenas e aventureiros de outras nações que aqui se instalavam. ... E faziam tudo isso por conta e risco próprios, não concorrendo a metrópole senão nos passíveis proventos, que sob a forma dos dízimos e dos quintos reais reservava para si. (PRADO J C, 2012, p. 30)

Evidentemente, a administração colonial se dava por câmaras municipais nas mãos dos proprietários vinculados diretamente à metrópole. “A sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel da sua base material: a economia agrária que descrevemos. Assim como a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza, e com ela os seus atributos naturais: o prestígio e o domínio” (PRADO J C, 2012, p. 24).

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, a disputa de poder entre os burgueses ocorre na medida em que uma burguesia comercial passa a se fortalecer. Esta, vinculada ao comércio e ao crédito, “começa a pôr em xeque a nobreza dos proprietários rurais, até então a única classe abastada e, portanto, de prestígio da colônia. É por obra dela que as cidades do litoral, onde se fixa, se transformam em centros populosos e ricos”. (PRADO J C, 2012, p. 38)

Oposições entre os interesses da metrópole, da “aristocracia fundiária nacional” e da nascente burguesia comercial iniciam, assim, a interna e ainda atual luta entre a burguesia pelo domínio da direção política e econômica do Brasil. Conforme Caio,

A nossa evolução política segue portanto passo a passo a transformação econômica que se opera a

partir de meados do sec. XVII. Esta transformação, que se define pela maior penetração da economia da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual da nossa autonomia local do primeiro século e meio de colonização. Desloca-se a autoridade das mãos dos proprietários, a antiga classe dominante, para as da Coroa portuguesa. (PRADO J C, 2012, p. 43)

E é deste conflito que se fundam as bases para a emancipação do jugo imperial, evidenciando na genética do Estado brasileiro o conchavo e a conciliação que preparam o terreno para a Independência. Assim nos mostra Caio :

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1908 veio a dar à nossa emancipação política um caráter que singulariza no conjunto do processo histórico da independência das colônias americanas. ... Mas enquanto nas demais a separação é violenta e se resolve nos campos de batalha, no Brasil é o próprio governo metropolitano, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da colônia a sede da monarquia, quem vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira. (PRADO J C, 2012, p.44)

Esta questão, do caráter da evolução política do Estado, é fundamental para a percepção que busca alcançar uma ruptura radical das relações de poder, de propriedade e de trabalho. Conforme afirma Mazzeo,

A inexistência de condições que direcionassem a uma ruptura concreta de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária que assumo o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro das diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar

quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais (MAZZEO, 2015, p. 83).

Outro passo que leva à evolução política do Brasil rumo à independência é o fim do trabalho escravo, portanto “integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista. As instituições primitivas como a escravidão, herdadas da antiga colônia, são varridas pelas novas forças produtivas que se vão formando e desenvolvendo no decorrer do século XIX.” (PRADO J C, 2012, p. 93). A abolição marca o cenário político brasileiro, mais uma vez, por conflitos internos à classe dominante: por um lado, os burgueses visando o desenvolvimento integralmente capitalista e, por outro, os senhores das grandes plantações que, com o fim da escravidão, ficam à deriva na falta de força de trabalho. Depreende-se daí que, com o fim do tráfico negreiro e o início de relações de trabalho capitalistas, a forma e o conteúdo não suportavam mais o estado imperial burguês.

Resulta daí que a independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder todo é absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto. (PRADO J C, 2012, p.51)

Afirmando o caráter classista do projeto político para o Brasil, a suprir os interesses da classe dominante, afasta-se a participação da maioria da população, tornando exclusivo aos proprietários, sobretudo os rurais, a direção política do parlamento e os que almejavam alguma benfeitoria popular acabavam ou isolados ou cooptados pelo sistema. Assim é formado nosso Estado nacional, uma autocracia burguesa, embebida por privilégios, conchavos e corrupções típicos de uma relação nebulosa entre o público e o privado.

3.6 CONSCIÊNCIA SOCIAL, DE QUAL CLASSE?

É evidente que a ciência de si mesmo, em relação ao outro e à sociedade, não é uma experiência divina regida pela ideia, ou pela simples percepção unilateral de si mesmo, aquela na qual o sujeito identifica-se por base da sua exclusiva vontade. O sujeito o é na medida em que está inserido em um ambiente previamente definido, conforme a trajetória histórica da sociedade e do berço em que nasce, podendo, assim, desenvolver-se conforme as ideias dominantes de sua época e até mesmo transformá-las.

As condições materiais que compõem as relações sociais e de trabalho na colônia, segundo Caio, são simples; expressam duas classes antagônicas, os proprietários em minoria e a grande massa de trabalhadores que, pela égide do crucifixo, acabam coagidos a tornarem-se cristãos e, por viverem absolutamente dependentes dos senhores rurais, a educação era limitada à religião, ao ensino da língua portuguesa e à moral aristocrática.

Portanto, as condições que constituíram a consciência da massa trabalhadora, ou seja, que formaram os brasileiros, foram as da classe social que os dominara, tendo na ideologia aristocrática a forma de conduzir as consciências da massa trabalhadora ao seu contrário. Ao destruir as culturas próprias dos Índios, assim como, dos Africanos e provocar deliberadamente o branqueamento da população, incutiu nestes povos os valores típicos de uma sociedade de capitalismo tardio, produzindo assim o povo brasileiro e sua massa trabalhadora que não desiste nunca de querer ser nobre.

Por óbvio que onde há dominação há também resistência. No entanto, Caio já aponta que as camadas populares, por conta de toda a formação ideológica cristã/medieval, não tinham como alcançar um patamar de consciência de classe que os elevasse no sentido da emancipação não só política, mas também humana. Nos levantes populares (Cabanagem⁵; Balaiada⁶, agitação praieira⁷ e a Sabinada⁸), o

⁵ Cabanagem: Pará – Belém - 1835/40 Índios, mestiços e trabalhadores livres de um lado que miseravelmente moravam em cabanas a beira rio reclamavam ao governo regencial pelo descaso, por outro lado a pequena burguesia exigia autonomia política de Grão-Pará, o que os dava unidade aparente era a luta pela independência de Grão-Pará.

⁶ Balaiada: Maranhão – 1838 - Trabalhadores livres, artesãos que produziam balaios, lutavam contra a aristocracia fundiária e contra o governo regencial.

que dava unidade no sentido da luta era a autonomia de suas províncias diante ao governo regencial de Portugal e sua sede no Brasil. Lutavam contra o Império português pela República: não existia orientação programática, nem mesmo estratégica, pois a definição do inimigo era ainda confusa pela falta de elementos concretos que apontassem o inimigo principal, os “*aspectos específicos inerentes à situação da particularidade escravista e latifundiária.*” (MAZZEO, 2015, p. 83). No Brasil, em aparente oposição ao capitalismo industrial, surgiram confusões no sentido das ações políticas que visassem à emancipação revolucionária da grande massa trabalhadora.

As revoltas contra o governo regencial, movimentos estudados pelo autor de “A Revolução Brasileira”, só evidenciam a força da ideologia dos dominadores via as práticas de personalismo, traições e a conciliação de classes - como por exemplo no caso dos Cabanos em Grão-pará, em que Caio identifica todavia que os cabanos estavam fadados às traições de seus chefes. (PRADO J C, 2012, p.72) sendo esse movimento brutalmente exterminado pelo braço armado do Regente. Também na agitação praieira em Pernambuco e na balaiada, no Maranhão, nesta em que

formando assim apenas bandos armados que percorrem o sertão em saques e depredações. ... Por outro lado não souberam os balaios ligar seu movimento ao dos escravos, que, aproveitando a agitação reinante, tinham-se levantado em vários pontos da província. E assim esses levantes, desconexos e mal orientados, em nada contribuíram para fortalecer a insurreição (PRADO J C, 2012, p. 76)

Movimentos estes, populares e nacionalistas, em suas reles conquistas se esvaíram na cooptação de suas lideranças parlamentares pelo próprio parlamento. “(...) Sim, logrado foi o povo, foram as massas, vendo que tinham lutado para os outros; constatando que as reformas por que aspiraram

⁷ Agitação praieira: 1838/39 – Pequena burguesia de Pernambuco, com o apoio das camadas miseráveis da população, reivindicavam liberdade comercial e o fim do estado regencial pelo federalismo.

⁸ Sabinada: Bahia – 1837/38 – trabalhadores livres (pequena burguesia comercial) e militares, revoltados com a obrigatoriedade de lutar contra os federalistas do Rio Grande do Sul, levantam-se pela autonomia da província e pelo federalismo.

continuavam no mesmo lugar: esquecidos depois da vitória como antes dela.” (PRADO J C, , 2012, p.63)

Assim segue a reflexão do autor:

Esses são os fatores que no período da Menoridade contribuem para a atitude revolucionária inconsequente das camadas inferiores. Sem coesão, sem ideologia claramente definida – que, dadas suas condições objetivas, não podiam ter - , mesmo quando alcançam o poder, tornam-se nele completamente estéreis. Em todos os movimentos populares deste período que vamos analisar, o que mais choca é sua completa desagregação logo que passa o primeiro ímpeto da refrega (PRADO J C, 2012, p. 65)

Assim, a constituição do Estado brasileiro é peculiar, inicialmente ainda uma sucursal do império português e aqui com uma nobreza minoritária e cheia de manhas e marras aristocráticas a impregnar, na constituição identitária brasileira da classe trabalhadora, a ambição dos privilégios da nobreza. Essa é a autocracia burguesa à brasileira: uma sociedade em que as leis e os costumes, de origem portuguesa, já se embrenharam e se firmaram na vigência do Estado democrático de direito burguês. As terras mantêm-se desde então sob a propriedade privada, não somente pelo costume, mas sobretudo pela bala, pois a ocupação do território brasileiro foi via assassinio e violência desde os tempos da colônia e da constituição das grandes propriedades monocultoras sob a força dos braços escravos e indígenas, assim como o extermínio de suas culturas.

Em se tratando da condição de consciência de classe de ser brasileiro, fomos uma colônia de exploração; assim, toda a miscigenação que nos fez brasileiras, nos fez para ser força de trabalho explorada, inicialmente sob a hegemonia da escravidão e posteriormente a do assalariamento. Portanto, as condições de formação de consciência da maioria populacional brasileira eram ditadas à imagem e semelhança dos dominadores portugueses, não sem resistência, porém uma resistência ainda fragmentada, sem uma unidade consciente da luta contra o capitalismo.

O Brasil, uma sociedade cindida em classes, que segundo esta perspectiva, foi dominada pela lógica do capitalismo desde a colonização, que, ainda sob a forma política da monarquia, para manter-se cria formas de consciência comum a todos na identidade de ser brasileiro, imprimindo aos trabalhadores o sonho de um dia ser um nobre de dente de ouro e anel de doutor; as classes dominantes em disputa também se constituíram distintas, porém com características em comum, como as do privilégio, da personificação de poder, do clientelismo, da patronagem, do patrimonialismo, do paternalismo, da corrupção, da violência - elementos constituintes do Estado brasileiro. O pior é vermos as práticas de disputa política da antiga colônia se reproduzirem hoje na direção do Estado brasileiro.

Os mesmos interesses em jogo, o poder de direção do Estado; as diferenças perpassam elementos de como dar esta direção, quem vai ter a mão mais dura contra a classe trabalhadora; quais os setores que serão mais beneficiados; do comércio e relações internacionais, a disputa entre uma burguesia subordinada ao imperialismo externo (português, inglês até o estadunidense) ou aspirante por um imperialismo próprio.

Neste momento, não existiam condições concretas para uma cultura propriamente proletária. As relações hegemônicas de trabalho escravo e o que havia de trabalho livre no Brasil se fizeram no bojo do desejo de nobreza, da conquista de privilégios e ascensão de status social, dificultando desde sua origem a possibilidade de um salto positivo de consciência em si e para si da classe trabalhadora brasileira, ao mesmo tempo em que constitui uma casta de dominantes personalistas, burocratas de Estado, figuras públicas que usam de poder das armas, financeiro, do prestígio familiar e pessoal, seja sendo caridoso para com os pobres, ou sendo um bom administrador dos negócios herdados da burguesia para a dominação.

3.7 UM SALTO EM BUSCA DE APROXIMAÇÕES COM A ATUALIDADE

Quando da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder do Estado burguês no Brasil, em 2002, se poderia ter acreditado, com um sujeito de origem operária na presidência da República, tendo por base a massa proletarizada desde o campo até a cidade, na possibilidade real de transformação rumo ao socialismo. No entanto, a primeira manifestação do então candidato a presidente Lula fora a carta aos brasileiros, lê-se a

carta aos banqueiros, ferindo desde antes do início o caráter de classe do governo do povo. Isso significou, no seio da própria burguesia, modificações “evolutivas” do Estado brasileiro, a mudança de mãos para as políticas sociais e internacional gerou sem dúvidas desconforto aos setores mais conservadores de proprietários e burocratas brasileiros; ainda assim, efetivando na prática a política de conciliação de classes, distribuiu-se ao proletariado a ilusão da ascensão social dentro do próprio capitalismo por programas de empreendedorismo, e não só se fortaleceu, sobretudo, o mercado de crédito internacional via empréstimos, desde a casa própria, aos bens de uso, ao diploma universitário. Mostrando, portanto, a atualidade da leitura de Caio, quando identifica as lideranças dos movimentos populares cooptadas pelos privilégios, pela burocracia estatal e legislativa.

A realidade social é feita por processos de rupturas e permanências. Neste caso, as permanências são mais presentes que as rupturas. Quando do PT no governo, o proletariado teve a chance, via uma reforma constituinte de fundo revolucionário, modificar de fundo as relações de trabalho. Mas na carta ao povo brasileiro o Partido dos Trabalhadores firma seu pacto com o capitalismo financeiro e industrial, evidenciando assim cada vez mais o acerto de Caio, em sua interpretação da evolução política do Brasil, mostrando que, neste país, o Estado se faz só em evolução, assim aprofundando a fragilidade da cultura proletária em uma democracia burguesa de cooptação.

Assim, sobre as situações de conchavos dentre os poderosos proprietários, todo esse processo de luta entre a classe dominante culminou em dezembro de 2015 com o início do impedimento da gestão de 13 anos do PT e seus aliados: entra para tramitação no Congresso Nacional o pedido de *impeachment* à presidenta da República Federativa do Brasil, projeto orquestrado pelos setores do PSDB e PMDB que disputam a direção dos negócios da burguesia em território brasileiro, Com o apoio do setor conservador vinculado ao agronegócio a às igrejas evangélicas que não veem no atual governo mais as suas potencialidades de administração do capital e da castração dos movimentos sociais. Brasil, 7 de dezembro de 2015: o vice-presidente da República, em carta pública de tipo e interesse privado à presidenta da República manifesta nas entrelinhas uma aparente tentativa de barganha sobre a sua adesão ao movimento de *impeachment*. Sob justificativas pessoais e personalistas, apoia-se no seu caráter democrático do direito de dialogo com a oposição, esta que se utiliza do democrático direito garantido pela Lei do Impeachment - Lei 1079/50 para derrubar o governo do PT.

CAPÍTULO 4 ATUALIDADE DE CAIO PRADO JÚNIOR E A RECONSTRUÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO PCB

Neste capítulo, busco apresentar a atualidade da reflexão de Caio e sua influência, sobretudo, nos rumos do Partido Comunista Brasileiro em seu processo de reconstrução revolucionária fundado desde um profundo estudo da realidade brasileira e na volta aos clássicos do pensamento brasileiro, mostrando grande presença do legado deste antigo militante. Isso se dará a partir da análise das resoluções do XIV Congresso do Partido Comunista Brasileiro, ocorrido em 2009 na cidade do Rio de Janeiro, em relação à tese do sentido capitalista da colonização.

Ainda que seja possível encontrar muitas semelhanças, do tempo da colônia até hoje, seja nas formas institucionais, nas práticas de poder da classe dominante, nas relações econômicas de agroexportação e monopólios, seja na frágil consciência de classe e na debilidade cultural do proletariado brasileiro, não cabe aqui fazer uma simples transposição do período da colônia para a atualidade. Embora muitos elementos da realidade social atual mostrem o quanto apenas o tempo passou, modernizou em técnicas de exploração, no fundamento e no sentido o Brasil continua o mesmo, vista a constituição e os recortes das ações do Estado, desde o PSDB até os governos do PT, favorecendo sempre o capital-imperialismo. Comprometidos com as causas sociais e o fim da exploração, os comunistas dedicam as vidas à elaboração de elementos concretos que transformem a realidade social. Para isso, Caio dedicou sua vida pessoal e profissional e desde a reconstrução revolucionária segurando a mão do autor o PCB transita da evolução política do Brasil até a revolução brasileira, seguindo o passo para longe do pantanoso reformismo.

No decorrer deste trabalho, busquei evidenciar a importância estratégica, para o enfrentamento revolucionário do capitalismo, da interpretação da realidade social e de suas contradições fundamentais e a complexa articulação entre as instâncias econômicas, políticas, jurídicas e ideológicas que nos são apresentadas de maneira fragmentada, como se não fossem a composição dialética da totalidade social. O XIV Congresso Nacional do PCB, que carrega a insígnia “Rumo à reconstrução revolucionária”, é um marco histórico na trajetória dos comunistas brasileiros. Aberta desde 1991, a reconstrução revolucionária desta agremiação se fez por um longo e doloroso processo de luta pela sua própria permanência como partido comunista. Após todas as lutas anticomunista no Brasil, feitas pelo governo burgo-

militar desde 1964 com o assassinio devastador de pessoas e a cassação do próprio partido comunista, a reconstrução não se encerrou com a dita abertura democrática de 1988. O PCB, que teve seu comitê central nos períodos de 1970 e 80 rearticulado na Europa, veio de lá repleto de perspectivas do chamado eurocomunismo, daquilo que ainda se mantém enquanto “novos movimentos sociais”, que tiraram a centralidade do antagonismo de classes e da exploração para focar na luta contra várias formas de opressões. Este movimento veio somente no sentido de conciliar e cooptar as lutas anticapitalistas para uma esfera mais amena, que não colocasse em risco as garantias de lucros do capitalismo. Assim, desde ainda os tempos de ferro e sangue havia, dentro do Partidão, a luta da base contra o reformismo. Essa luta se estendeu até 1991/92, culminando no IX Congresso convocado arbitrariamente pelos, chamados, liquidacionistas, que tinham como objetivo acabar com o símbolo e o nome que caracterizam a luta comunista. Disto resultou o Partido Popular Socialista (o PPS) e a intensa luta pela manutenção política e jurídica do PCB. Evidentemente uma agremiação que existe desde 1922 já passou por diversos e profundos rachas; no entanto, neste se diferencia, pois que dele emerge o processo de crítica e autocrítica e o profundo estudo sobre a concreticidade brasileira fundada no socialismo científico. A volta aos clássicos da primeira e da terceira Internacional Comunista, assim como à crítica ao reformismo da segunda, aos estudos dos intérpretes americanos e em especial os clássicos brasileiros foi parte essencial deste momento marcante à política brasileira, na medida em que aprofundou e ampliou as possibilidades interpretativas da particularidade do capitalismo no Brasil e a sua gênese nesse território, reflexão inevitável ao adentrar no processo de crítica e autocrítica da história própria do partido. Na medida do amadurecimento da produção intelectual coletiva e da percepção do sentido capitalista desde a formação deste território, voltam-se os olhos às interpretações de Caio. Pode-se perceber nas resoluções do XIV Congresso esta proximidade interpretativa da formação social brasileira com as do teórico militante paulista, como segue nas resoluções 05 e 09 da “estratégia e tática para a revolução socialista”, que com tom de autocrítica indicam:

5) A estratégia democrática nacional partia do pressuposto de que a formação social brasileira trazia ainda aspectos não capitalistas, entaves ao pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista que impediam ou dificultavam o advento das condições que tornariam possível

uma revolução socialista. Em um primeiro momento, estes entraves foram identificados como “feudais” ou “pré-capitalistas”, devido à grande prevalência da economia agrária baseada em latifúndios e ao tipo de relações sociais no campo, que transitaram do escravismo sem que passassem de imediato para relações assalariadas capitalistas, permanecendo em formas híbridas como a parceria, o colonato e outras. O segundo entrave detectado seria a dependência do Brasil em relação ao centro dinâmico do capitalismo mundial, inicialmente a Inglaterra e depois os EUA. Tal caracterização levaria a definir uma estrutura de classes na qual o bloco dominante seria composto pelas “elites agrárias” tradicionais, em aliança com o imperialismo, e o bloco popular seria formado pelo proletariado urbano, ainda pequeno, os camponeses, os setores médios e a burguesia nacional com vocação industrial, contra a tradição agrária.

9) Entretanto, a forma do Estado brasileiro acabou determinada pela correlação de forças entre a elite agrária tradicional, a nascente burguesia brasileira – desde o início subordinada ao desenvolvimento capitalista internacional – e o imperialismo. Assim sendo, o Estado burguês no Brasil assumiu a forma de uma ditadura no Estado Novo, de uma incipiente e limitada democracia burguesa nas décadas de 1940 e 1950 e novamente uma ditadura a partir de 1964. As tensões entre os setores do bloco dominante, ainda que importantes na luta política tática, não se traduziram em contradições estratégicas, levando à formação do bloco hegemônico e dominante que se consolidou com a ditadura civil-militar (PCB, 2010).

Evidenciando assim a retomada para a interpretação caiopradiana do sentido das relações capitalistas no Brasil ao afirmar que desde o início o Brasil fora subordinado ao capitalismo internacional. Ainda, no mesmo caminho, o de definição da estratégia, a reflexão do coletivo partido, coerente com este intérprete, que em “A Revolução Brasileira” (1977), aponta a importância da caracterização

precisa da realidade brasileira de modo a orientar os passos táticos para a estratégia socialista da revolução brasileira, assim no tópico “caracterização da formação social brasileira”, mantendo o tom de autocrítica, discute-se a elaboração estratégica do período etapista, como nas resoluções 43, 44 e 45:

43) O sentido de uma suposta “etapa” democrática só se justificou no passado, no interior da concepção marxista, considerando uma situação muito particular de desenvolvimento histórico no qual a burguesia representava politicamente a necessidade de avanço de forças produtivas que se encontravam obstaculizadas por relações de tipo feudal, mantidas política, jurídica e ideologicamente por estratos e camadas nobres comprometidas com a manutenção de seus privilégios. Mesmo neste quadro, Marx e Engels apontavam para a necessidade da estratégia revolucionária se dar na forma de uma Revolução Permanente, ou seja, ainda que em aliança com a burguesia contra os setores feudais, o proletariado deveria manter sua independência e autonomia histórica, transformando a luta democrática em luta socialista através da formação de um duplo poder.

44) A sobrevivência da tese da “etapa democrática” em países como o Brasil se deu pela valorização dos chamados resquícios coloniais escravistas, pelo caráter tardio ou dependente de nossas formações sociais inseridas em um mundo capitalista que passava da fase monopolista ao imperialismo e que impunha, entre outras coisas, a permanência de uma estrutura agrária tradicional latifundiária e a monocultura. Tal situação, associada à formulação equivocada e esquemática da Internacional Comunista, que orientava os PCs a adotarem ações políticas vinculadas a etapas

antifeudais de revolução e de alianças com setores burgueses, levou os revolucionários a supor uma luta em aliança do proletariado com a burguesia nacional contra o imperialismo e o latifúndio. A “etapa” democrática teria ainda a missão de realizar as tarefas em atraso de uma revolução burguesa inacabada, ou seja, uma reforma agrária, o desenvolvimento de relações plenamente capitalistas através da industrialização e a democratização do Estado e da sociedade, de modo a superar as formas tradicionais de patrimonialismo, autocracias e ditaduras, chegando ao chamado “Estado de Direito”.

45) Ora, sob todos os aspectos, o ciclo burguês consolidou-se plenamente no Brasil. A economia capitalista desenvolveu-se até o estágio monopolista, tendo se constituído uma sociedade civil-burguesa e um “Estado de Direito”. O capitalismo brasileiro é parte do processo de acumulação mundial e parte constitutiva do sistema de poder imperialista no mundo, e as classes dominantes brasileiras estão associadas umbilicalmente ao capital internacional. A burguesia não disputa sua hegemonia contra nenhum setor pré-capitalista; pelo contrário, a luta burguesa se volta contra a possibilidade de uma revolução proletária. As “tarefas em atraso”, como a reforma agrária, não são mais tarefas em atraso, mas tarefas deixadas para trás e que não serão realizadas nos limites de uma sociedade capitalista.(PCB, 2010).

Superando, então, a estratégia democrática popular, as resoluções do XVI Congresso do PCB, apontam o Brasil originariamente capitalista e que na atualidade se mantém hegemônico, em seu ciclo de desenvolvimento político-econômico, assim, sua genética imperialista a ser combatida via estratégia socialista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA O BRASIL HOJE, EVOLUÇÃO OU REVOLUÇÃO?

Volto à reflexão sobre Estado somente para pontuar algumas diferenças de leitura sobre a questão, tema de fundamental importância para uma perspectiva revolucionária como a de Caio. Não por nada, volta-se a interpretação a apreender o surgimento do Estado brasileiro e defini-lo com nome e sobrenome. Para os comunistas, a luta se dá, sobretudo, pelo fim do Estado, ou seja, pela emancipação não somente política, mas também humana.

As relações entre os homens na sociedade moderna ainda se mantêm em contradição, pois, esta sociedade ainda conserva, em sua essência, a contradição entre a propriedade privada e o trabalho assalariado - ainda que as relações de trabalho venham sendo transformadas pelos avanços científicos na maquinaria e pela fragmentação cada vez maior da divisão do trabalho, que modifica na aparência o próprio trabalho e aprofunda cada vez mais a contradição essencial entre o capital e o trabalho. Sendo assim, é evidente o conflito entre os proprietários e os/as trabalhadores/as. Um detentor das ferramentas necessárias para a produção e o/a outro/a com no máximo algumas ações da empresa empregadora, além da “liberdade” de vender a sua força de trabalho. Mesmo com toda a automação do processo produtivo, no capitalismo a forma de produzir e manter a riqueza é via trabalho excedente; portanto, não é possível livrar-se do trabalhador. A contradição essencial desta sociedade ainda é entre aqueles que compram e os que vendem a força de trabalho. A sociedade capitalista, portanto, mantém há séculos o mesmo modelo de dominação e para isso é necessário que os sujeitos à dominação sejam dóceis, ascéticos e conformadamente crentes em um futuro melhor, mesmo que em outra vida. Esta classe de proprietários caracteriza-se, em geral, pelas relações sociais de produção e o assalariamento, principal elemento de dominação e opressão. Essas relações são estabelecidas de modo que o capital tenha total controle sobre o trabalhador, fragmentando cada vez mais o processo de produção material e intelectual, resultando que os trabalhadores não desenvolvam o potencial contra-hegemônico e tenham cada vez menos domínio sobre o trabalho.

Para impregnar esta ideologia, existem instituições como a família, a religião, a escola e, sobre todas, o Estado. Este, por meio das leis e de todo o aparato educativo, coercitivo e repressor, exerce o domínio político-ideológico sobre a sociedade organizada sob a orientação capitalista, ou seja, o Estado em geral e o governo em

particular, subordinados àqueles que são os proprietários das riquezas. O Estado não passa de um articulador e mediador dos interesses gerais da burguesia. A simples reflexão e investigação sobre os financiamentos eleitorais deixa evidente que o governo não é regido pela decisão popular e pelas necessidades mais imediatas da vida coletiva, mas sim pelas necessidades das grandes empresas seja no caminho das privatizações do que é público, seja para isenções, reformas nas leis trabalhistas, proteção da propriedade privada e etc.

O operário da fábrica ou do escritório, historicamente alienado das condições de organização, de domínio e do resultado do trabalho, cindido entre o espiritual e o material tem veladas por meio da ideologia as contradições e os conflitos derivados das diferenças de posição na escala produtiva. Este processo de produção da consciência do ser social, iniciada desde a família, moralizada pela religião e disseminada formalmente pela escola (de ensino básico, médio e superior) cria e propicia as condições laborais precarizadas e cada vez mais fragmentadas, individualizando o processo, estimulando a competitividade que perpassa desde o carinho e a atenção nas relações pessoais, o lugar e as notas nas salas de aula, até chegar às disputas no trabalho, seguindo o mesmo padrão de hierarquia, obediência, conformação, meritocracia e individualização da pessoa em todos os espaços de sociabilidade.

A educação no capitalismo forja em homens e mulheres uma consciência em oposição a sua condição real na sociedade. A ideologia, como uma falsificação da realidade, é necessária para que a sociedade capitalista sobreviva sem riscos de resistências organizadas. Manter quanto mais ignorante do processo de trabalho como um todo faz com que, os principais agentes na produção da riqueza não se percebam e reproduzam tal ignorância. Essas são condições sem as quais não há manutenção desta lógica social.

A liberdade de consumo permite que qualquer um possa comprar um celular altamente desenvolvido e pagar em 12 vezes no crediário, porém, não é qualquer um que tem acesso a nanotecnologia para tratamentos de câncer. A técnica que realmente é necessária e importante para a humanidade, produzida por ela, não se paga no crediário das Casas Bahia. Estas transformações fenomênicas nas relações de trabalho intensificaram e tornaram mais precárias as condições de trabalho, seja na produção ou na circulação das mercadorias.

A fragmentação e a intensificação da jornada de trabalho, a flexibilização do trabalhador, ocorrem não somente por acompanharem

a evolução tecnocientífica, mas, sobretudo, para intensificar os lucros e isolar cada vez mais o trabalhador da relação de solidariedade com sua própria classe e do conhecimento da totalidade do processo de trabalho. No tempo em que vivemos, além do recurso da flexibilização e individualização do trabalho e do trabalhador, o capital ocupa o tempo livre, numa espécie de extensão da jornada de trabalho, colocando todo o aparato midiático voltado à construção da subjetividade sob os valores do consumo, fazendo com que pensem que nada existe se não for mercadoria. A ideologia dominante forja-se secularmente e com tamanha destreza que ilude a doméstica com panelas ou bolsas aparentemente iguais às da Dona Patroa, reforçando ainda mais a ideologia do patriarcado. Portanto, é quase que inviável ao trabalhador ocupar-se com algo que não esteja ligado à jornada de trabalho. Mesmo nos horários de folga, a empresa empregadora cria espaços de sociabilização entre as famílias, como o Serviço Social do Comércio - SESC, ou o time futebol da empresa, a manifestação política da Ordem na Avenida Paulista, além do consumo que o mercado impõe, através da moda, das novelas, chegando às crianças pelos desenhos, criando estilos de vida fenomênicos que carregam em sua essência um modo de vida burguês muito distante da realidade objetiva do proletariado.

Caso a dominação ideológica, a ocupação do tempo livre do trabalhador e a segmentação da classe não atingirem êxito, parte-se para força especial de repressão criminalizando todos aqueles que são contra a ordem. O ataque aos sindicatos é parte da ação imperialista para a destruição da organização da classe trabalhadora, através da burocratização, da corrupção, da cooptação, da repressão e da propaganda ideológica - e concomitante a isso vêm arrochos salariais, retirada de direitos trabalhistas e mais repressão.

Os meios para a dominação da classe hegemônica são muitos e vão desde a manipulação pelos mecanismos de mercado, de emoções e desejos através dos meios de comunicação, a forjadas relações pessoais dentro da empresa ou à cooptação de classe como a participação nos lucros.

Contudo, a tomada de consciência de classe é um processo complexo, para trabalhadores doutrinados secularmente, submetidos a uma ideologia que eterniza o conflito dual ente o bem e o mal. Logo, perceber a sociedade em movimento se torna um desafio assim como compreender a política, o Estado, não como algo existente acima de tudo, estanque, feito apenas por aqueles indivíduos “corruptos” ou profissionalizados, e sim entendê-los como uma relação de poder de

interferência e transformação da sociedade feita não apenas pelos líderes, mas pela organização coletiva da sociedade.

Assim, o caminho seguido para a análise da sociedade moderna e das relações sociais ainda existentes resulta em transformações parciais, radicais ou manutenção de determinada maneira de garantir a existência da humanidade. Portanto, ir até a gênese de nossa formação societária não se trata, somente, de um mero exercício intelectual. Buscar no sentido da colonização e nas formas de manifestação de poder das classes dominantes as possibilidades de, na sua evolução, alcançar os elementos objetivos e subjetivos para a sua própria superação, esse era o exercício presente no conjunto das obras de Caio Prado Júnior.

O dilema da constituição do Estado é basilar para a *práxis* revolucionária, que se coloca na condição de destruir as condições que fazem o Estado ser necessário, como mediar entre a propriedade privada, as pessoas e a sociedade. A história do movimento comunista brasileiro, em particular, a trajetória política do PCB, evidencia, como visto no capítulo 2, os rumos a que uma leitura equivocada da realidade local e mundial podem levar.

O ainda jovem capitalismo se retroalimenta em suas crises. Enquanto o proletariado e seus aliados não estiverem organicamente articulados, tendo em suas bases a consciência e a disciplina revolucionária, a democracia burguesa madura mais ou menos radical vai hegemonizar e impedir ou extirpar os avanços do proletariado, como tem-se visto, em 2017, no ilegítimo governo do PMDB sob a direção pessoal de Michel Temer.

Portanto, diante das movimentações políticas que vêm se arrastando, a perspectiva em busca de avanços, percebe-se muitas permanências. Nada mudou em se tratando do essencial, que é o sentido da propriedade e da produção da riqueza. A propriedade se mantém nas mãos de poucos, enquanto a exploração do trabalho mantém-se ainda mais sofisticada, falseada pelas políticas empreendedoras do tipo micro-empresário individual e as terceirizações que precarizam ainda mais as relações de trabalho, castrando dessa maneira os direitos trabalhistas a duras penas conquistados. Assim, o Estado se mostra cada vez mais um comitê de negócios da burguesia local e/ou estrangeira. Neste sentido, o Brasil só tem evoluído, indo além, ainda que de maneira subordinada aja como país imperialista, na medida em que assume posturas de exploração de força de trabalho via suas subsidiárias em continentes como África, países como Paraguai e Haiti, e mais age com suas forças do exército em missões no estrangeiro com o fim de “estabilizar” governos em conflito obviamente defendendo os interesses do

capitalismo. Diante da necessidade de mãos mais duras para aprovar reformas oriundas dos tempos de crise internacional do capitalismo, o próprio Estado mostrou seus mecanismos de manobra, forjando o impedimento do mandato do PT. O argumento central na luta interclasse burguesa é o da corrupção; é nítido que neste tipo de Estado a corrupção é parte constituinte das relações entre o público e o privado, resquícios de nossa herança colonial. Enquanto se mira na luta contra a corrupção, desvia-se o foco da questão central, passando despercebido, novamente, os interesses do capitalismo internacional, na medida em que os legisladores aprovam reformas que rasgam os direitos do proletariado brasileiro.

Em um breve síntese do período atual, que perpassa os governos do PSDB e do PT, é possível perceber que no governo do PT teve continuidade a prática de conchavos e conciliações de classe, a jaula de ferro da burocracia e a cooptação dos movimentos sociais como braços do Estado via reformas e programas sociais, assim como a entrega das riquezas e do que restou das empresas estatais para a iniciativa privada internacional (chegando ao absurdo das privatizações de aeroportos, estádios de futebol, estradas e à trágica entrega do pré-sal aos estrangeiros).

Assim, não se vê nada de novo sob o sol, somente a reprodução de práticas viciadas e, aos olhos e braços do proletariado, uma decadente evolução política. No entanto, nem tudo está perdido. Caio, deixou seu legado que atualmente o PCB retoma e aprofunda em vistas do avanço material, cultural, intelectual e programático para o Brasil, com a projeção do Bloco Hegemônico do Proletariado como uma alternativa para a luta anticapitalistas e antiimperialista, visto que não há mais etapas capitalistas e avanços democráticos para serem alcançados: a maturidade do capitalismo já está putrefando:

Essa é a primeira grande crise realmente completa do sistema capitalista, por isso mais complexa e potencialmente explosiva, uma vez que envolve toda a vida social do sistema capitalista – a esfera da produção, da circulação, do crédito, das dívidas públicas e privadas, do sistema social, do meio ambiente, dos valores neoliberais, da cultura individualista e, especialmente, de um determinado tipo de Estado articulador do processo de acumulação. (COSTA, 2013. p. 48)

No entanto, esse sistema não acabará por si só. Como tudo é movimento, sem a organização unificada e combativa do proletariado e seus aliados, o capital transubstancia-se e é contra esse sentido de auto-negação que o PCB mostra sua coerência com a interpretação de Caio, Júnior, desde a autocrítica até a elaboração programática para um efetivo poder popular a dirigir os interesses circunscritos nesse território e solidarizar-se com as causas do proletariado mundial visando à constituição de outro tipo de organização e produção geral da vida social.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Otávio. **Uma Etapa da História de Lutas.** <<https://www.marxists.org/portugues/brandao/1957/01/20.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

BRECHT, Bertolt. **Teatro completo, em 12 volumes.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991-.

CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1922-1943).** São Paulo: DIFEL, 1982.

COSTA, Edmilson. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil.** São Paulo (SP): Instituto Caio PRADO J C, Jr, 2013.

D'INCAO, Maria Angela (org). **Historia e ideal** : ensaios sobre Caio PRADO J C, Junior. São Paulo: UNESP: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 215p.

FERNANDES, Florestan. A visão do amigo. *In:* D'INCAO, Maria Angela. **Historia e ideal** : ensaios sobre Caio PRADO J C, Junior. São Paulo: UNESP: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. Do Palacete à Enxada. *In:* D'INCAO, Maria Angela. **Historia e ideal** : ensaios sobre Caio PRADO J C, Junior. São Paulo: UNESP: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IASI, Mauro Luis. **O dilema de Hamlet:** o ser e o não ser da consciência estado. São Paulo :Boitempo, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. IANNI, Octavio. **Karl Marx:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1980. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2004

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Obras Escogidas**. Tomo I. Moscou. 1983.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política : livro 1 : o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**. Origens da autocracia Burguesa. 3ª Ed.- São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PÁDUA, E. M. M. . Caio Prado Júnior: Cronologia Vida/Obra. In: Maria Angela D'Incao. (Org.). História e Ideal. São Paulo/SP: Brasiliense, 1989, v. , p. -.

PCB. CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, n°1, 2009, local.

Resoluções. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, data de publicação. 1.vol

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio históricos e políticos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PERICAS, Luiz B. **Caio PRADO J C, Júnior**: uma biografia política. São Paulo (SP): Boitempo, 2015.

PRADO J C, JÚNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

PRADO J C, JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. São Paulo (SP): Companhia das letras, 2012.

PRADO J C, JUNIOR, Caio. Programa da Aliança Nacional Libertadora. In: Nova Escrita Ensaio. Ano IV, n°10. São Pulo (SP): Editora Escrita. 1982.

PRADO J C, , Danda. Meu Pai. *In*: D'INCAO, Maria Angela. Historia e ideal : ensaios sobre Caio PRADO J C, Junior. São Paulo: UNESP: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.